Faculdade IGUAÇU

PDI

Plano de Desenvolvimento Institucional

2025 – 2029

CAPANEMA/PR 2025

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5

1. PERFIL INSTITUCIONAL 8

1.1 DADOS GERAIS DA MANTENEDORA E MANTIDA 8

1.2 DADOS HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA E INSERÇÃO REGIONAL 8

1.3 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO 14

1.3.1 Missão 17

1.3.2 Visão 17

1.3.3 Valores 17

1.4 OBJETIVOS E METAS DO PDI 18

2. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 20

2.1 Avaliação Externa 21

2.2 Avaliação Interna – Autoavaliação 22

2.2.1 Estratégias de Utilização dos Resultados da Avaliação 26

2.3 Infraestrutura Física e Tecnológica Destinada à CPA – Comissão Própria de Avaliação 28

2.4 Diretrizes Operacionais para o Biênio 2025/26 em Face do Plano de Melhorias Institucionais - a partir dos resultados das avaliações anteriores da CPA 29

3. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 30

3.1 Organização Administrativa e Gestão Institucional 30

3.2 Estrutura Organizacional da IES 32

3.3 Política de Apoio ao Discente 33

3.3.1 Acessibilidade e Inclusão 35

3.3.2 Atendimento Apoio Psicopedagógico 36

3.3.3 Programa de Nivelamento 37

3.3.4 Apoio Financeiro 38

3.3.5 Acompanhamento de Egressos 38

3.3.6 Ouvidoria 40

4. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL 40

4.1. Perfil do Egresso 41

4.2 Metodologias de Ensino 43

4.3 Políticas para o Ensino de Graduação 43

4.4 Práticas Pedagógicas Inovadoras 46

4.5 Políticas para Incentivo à Iniciação Científica, Inovação Tecnológica e Desenvolvimento Artístico e Cultural 48

4.5.1 Ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica do docente e docente/tutor 50

4.5.2 Ações de estimulo para a produção discente e a participação em eventos 51
4.6 Políticas para Formação Continuada (Pós-Graduação).....52
4.7. Políticas para a Extensão.....54
4.8 Organização Didático-Pedagógica.....57
4.8.1. Plano para Atendimento às Diretrizes Pedagógicas 58
4.8.2. Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e da Igualdade Étnico- Racial 59
4.9 Atividades Complementares 62
4.10 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.....62
4.11 Formas de Acesso.....63
4.12. Políticas para a Comunicação.....65
4.12.1 Comunidade Externa 65
4.12.2 Comunicação Interna.....66
4.13 Políticas para a Oferta de Educação a Distância 68
4.13.1 Equipe Multidisciplinar 69
4.14 Políticas de Responsabilidade Social e ao Desenvolvimento Econômico 70
5. POLÍTICAS DE GESTÃO 76
5.1. Corpo Docente Tutorial.....76
5.1.1. Requisitos de Titulação e Experiência Profissional do Corpo Docente Tutorial.....77
5.1.2. Critérios para Seleção e Contratação do Corpo Docente Tutorial e Regime de Trabalho 77
5.1.3. Políticas de Qualificação, Formação Continuada e Plano de Carreira do Corpo Docente Tutorial.....78
5.1.4. Procedimentos de Substituição Eventual de Corpo Docente Tutorial 80
5.1.5. Cronograma de Expansão do Corpo Docente Tutorial 80
5.2. Corpo Técnico-Administrativo.....81
5.2.1. Critérios para Seleção e Contratação do Corpo Técnico-Administrativo 81
5.2.2. Política para Formação e Qualificação continuada do Corpo Técnico-Administrativo 82
5.2.3. Regime de Trabalho para o Corpo Técnicos-administrativo 82
5.2.4. Cronograma de Expansão do Corpo Técnico-Administrativo.....83
5.3. Corpo de Tutores.....83
5.3.1 Requisitos de Titulação e Experiência do Corpo de Tutores 84
5.3.2 Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores.....84
5.3.3 Cronograma de Expansão do Corpo de Tutores.....84
6. DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA 84
6.1 Sustentabilidade Financeira: relação com o desenvolvimento institucional.....84

6.2 Sustentabilidade Financeira: participação da comunidade interna....87
6.3 Previsão de Receitas e Despesas....88
7. INFRAESTRUTURA FÍSICA 90
7.1 Espaços para atendimento aos alunos....91
7.2 Salas de Aula....91
7.3 Espaço de Trabalho para Docente ou Docente/Tutor em Tempo Integral....92
7.4 Espaço de Trabalho para Coordenador....92
7.5 Sala Coletiva de Docentes e Docentes/Tutores....93
7.6 Biblioteca....94
7.6.1 Política de Expansão e Atualização do Acervo....95
7.6.2 Periódicos Eletrônicos....96
7.6.3 Bibliografia Básica por Unidade Curricular (UC)....96
7.6.4 Bibliografia Complementar por Unidade Curricular (UC)....97
7.6.5 Repositório Institucional....97
7.7 Instalações Sanitárias....98
8. ESTRUTURA DOS POLOS EAD 98
9. INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA 98
10. INFRAESTRUTURA DE EXECUÇÃO E SUPORTE 100
10.1 Plano de Expansão e Atualização de Equipamentos....102
11. ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA 103
12. SISTEMA DE CONTROLE DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO NOS CURSOS EAD 104
12.1 Fluxo da produção do material didático....105
13. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM - AVA 106
14. ACESSIBILIDADE 108
14.1 Apoio às Pessoas com Deficiência Física ou Locomoção Reduzida....108
14.2 Dispositivos, Sistemas e Meios de Comunicação para o Auxílio de Deficientes Visuais....108
14.3 Apoio a Educação de Pessoas com Transtorno do Espectro Autista....109
14.4 Apoio a Educação de Alunos com Deficiência Auditiva ou Surdos....109
14.5 Atendimento Prioritário e Tratamento Especial....110

APRESENTAÇÃO

Para a educação, o processo de desenvolvimento contextualizado à época da globalização, das inovações tecnológicas, da informação, que vêm ocorrendo contemporaneamente, se caracteriza pela necessidade indiscutível de enfrentamento dos desafios nos vários setores organizacionais das IES. Há de se considerar que a função do ensino superior, no processo de socialização do conhecimento - em face às políticas públicas sociais do Estado e às demandas sociais, tomando por horizonte a filosofia, a história, o perfil e a missão da Instituição - sinaliza para um redimensionamento deste grau de ensino, consciente do seu papel enquanto agente de transformação e orientado, sobretudo, por princípios éticos e democráticos. Nesse contexto, há de se destacar as políticas de compliance, via diretrizes que posicionam as atitudes e valores das IES, tais como:

- Segurança da informação;
- Incentivos e medidas disciplinares;
- Controles internos;
- Canais de denúncia e ouvidoria;
- Confidencialidade de informações acadêmicas;
- Treinamento e comunicação;
- Melhora contínua dos processos;
- Conformidade com a legislação ambiental, direitos humanos e diversidades;
- Ações inclusivas em prol do atendimento às pessoas com deficiências.

Consequentemente, o **Plano De Desenvolvimento Institucional – PDI** - da Faculdade Iguaçu, apresenta-se atualizado, com ênfase na concisão e clareza, exercitando a análise crítica, a cooperação dos envolvidos, a inovação possível e a liberdade acadêmica, no processo de sua elaboração, revelando os dados e informações relevantes para a reelaboração, com mérito, da proposta. Destarte, se constitui, num documento que estabelece políticas do ‘fazer acadêmico’, assim como se presta para nortear as ações educacionais com vistas à consolidação da sua missão, de seus objetivos, de suas políticas educacionais, de seus princípios e de suas diretrizes, a vigorar de 2025 a 2029, propiciando a boa qualidade de suas ações, visando à qualificação para o trabalho e a ampliação dos direitos de cidadania para a

população da região ocupada pelo município de Capanema localizado na Mesorregião do Sudoeste do Estado do Paraná.

O Plano de Desenvolvimento Institucional da Faculdade Iguaçu se valida ainda por ser um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico estabelecendo o *norte* e *sul* para as práticas acadêmicas da instituição. Elaborado para um período de 5 (cinco) anos, é o documento que identifica a IES, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver, tanto em nível da modalidade regular como na EAD.

Sabe-se que a corporeidade de um PDI, ocorre por meio da interação entre os seus atores: docentes, discentes, equipe de coordenação, diretoria da IES, técnicos administrativos, comunidade externa, a CPA, o NDE (Núcleo Docente Estruturante) dos cursos, responsável direto pela concepção, consolidação e contínua atualização dos Projetos Pedagógicos referentes aos cursos ofertados pela IES em regime presencial como em EAD.

O documento aqui apresentado aponta as diretrizes e orientações gerais para a efetivação de programas, projetos e planos de ações a serem desenvolvidas na FI, na modalidade presencial como na EAD, projetando valores originados da identidade da instituição e materializados em seu cotidiano. Isto porque, sua natureza consiste em lidar de forma transformadora com o conhecimento, delineando um horizonte de longo prazo e não se limitando, portanto, a um período de Gestão em quaisquer níveis.

Para nortear o processo de construção deste PDI, foram considerados todos os relatórios de autoavaliação, os relatórios das avaliações realizadas nos cursos pelo INEP e os relatórios referentes aos Exames de Desempenho dos Estudantes - ENADE. Todos os segmentos da comunidade acadêmica e administrativa da Faculdade Iguaçu participaram desta construção coletiva, tendo sido esta versão aprovada pelo Conselho de Administração Superior.

Desta forma, a Mantenedora – Instituto de Educação e Cultura de Capanema LTDA reafirma o compromisso com a educação superior com qualidade e com o desenvolvimento da região em que está inserida, com efetivas práticas sociais e educacionais.

Conselho de Administração Superior

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 DADOS GERAIS DA MANTENEDORA E MANTIDA

Mantenedora: Instituto de Educação e Cultura de Capanema LTDA

Natureza Jurídica: Pessoa jurídica de direito privado

Endereço: Avenida Botucaris, 1690 – Santa Cruz

CEP: 85760-000 – Capanema - Paraná

CNPJ: 18.739.510/0001-40

Mantida: Faculdade Iguaçu - FI

Endereço: Avenida Botucaris, 1690 – Santa Cruz

CEP: 85760-000 – Capanema - Paraná

Credenciamento: Portaria Nº 2762 – Data: 06/09/2004

Recredenciamento: Portaria Nº 681 – Data 26/05/2017

Credenciamento EAD: Portaria nº 1.640 – Data: 23/09/2019

1.2 DADOS HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA E INSERÇÃO REGIONAL

Capanema é um município brasileiro do estado do Paraná. Localiza-se a uma latitude 25º40'19" sul e a uma longitude 53º48'32" oeste, estando a uma altitude de 368 metros. Está situado na fronteira do Brasil com a Argentina, estando separado dela pelo Rio Santo Antônio.

O modo pelo qual foi ocupada a região desencadeou inúmeros conflitos, pois a ocupação das terras foi levada a efeito sem maiores preocupações com a legitimidade de sua posse e domínio. Assim, as companhias de colonização lançaram-se a uma desenfreada venda de terras dando origem a superposições de títulos com posse efetiva de posseiros, gerando os intensos conflitos que tiveram culminância em 1957, com a revolta geral no Sudoeste Paranaense.

Diante de tais fatos entrou em ação o GETSOP (Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná), com a finalidade de resolver as demandas e legitimar a posse de terras numa extensa área ao sul do Rio Iguaçu, das glebas denominadas de Missões e Chopin. Compreendendo parte dos municípios de Capanema, Pérola do Oeste, Santo Antônio, Barracão, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Planalto e totalmente os de Ampare, Realeza e Verê, foram cancelados os títulos anteriores sobre os quais pairavam dúvidas, tendo sido feita pelo citado GETSOP, a expedição de títulos aos posseiros. Mais tarde o governo declara zona prioritária para fins de reforma agrária. Finalmente, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária) solucionou a problemática da posse de terras e de sua respectiva titulação.

Por volta de 1950, foi que surgiram as primeiras correntes imigratórias predominantes de origem alemã e italiana, vindas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, dando início a um pequeno povoado que se tornou o município de Capanema.

Capanema recebeu este nome em homenagem ao advogado Barão de Capanema. Isto pelo fato de ter atuado no conflito entre Brasil e Argentina, quando os mesmos disputavam áreas de terras da região de Palmas. Em 5 de fevereiro de 1885, por decisão do Presidente Grower Cleveland dos Estados Unidos, a região de conflito entre a Argentina e o Brasil, que perfaz o Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina, passa a pertencer definitivamente ao território brasileiro.

O município de Capanema conta com 3 (três) bibliotecas públicas e acervo de mais de dez mil livros., sendo que todas as escolas municipais e estaduais dispõem de biblioteca com um bom acervo para bem atender as necessidades de seus alunos. Conta também com uma Casa da Cultura dotada de anfiteatro com acomodações para 400 (quatrocentos) participantes e um anfiteatro no espaço de eventos da Feira e Exposições de Capanema, com capacidade para 300 (trezentos) participantes, ambos conveniados junto a Prefeitura Municipal para utilização em solenidades institucional da Faculdade Iguaçu:

- FISERC
- Encontro Capanema Canta
- Concurso da Rainha do Melado

- Recital de Poesias e Prosas
- Oficinas Culturais e Noites Culturais

O município sedia 19 escolas do ensino fundamental e 6 escolas de ensino médio. A população tem como característica educacional:

TABELA 1 – CARACTERÍSTICAS EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO

Ensino Médio	Capanema	Média PR	Média Brasil
Homens	46,21%	49,14%	46,83%
Mulheres	53,79%	50,86%	53,17%

Capanema tem sua economia baseada na agricultura. A grande distribuição agrária por todos os recantos do município concorre enormemente para o desenvolvimento da agricultura. A atividade agrícola de Capanema é bem desenvolvida e organizada, com destaques na produção do feijão, soja, milho, mandioca, trigo e a cana-de-açúcar.

Fato considerável na cadeia produtiva do município é a pecuária paralela à agricultura, concorrendo no sentido de que, no cenário estadual, Capanema se destaque no sudoeste paranaense por se situar numa região fértil. Este aspecto que favorece significativamente a fixação do homem na terra, proporciona novas alternativas de produção com qualidade, agregando valores e participação comunitária.

A exploração da cana-de-açúcar constitui-se numa iniciativa que visa transformar o município em polo de produção de açúcar mascavo e outros produtos derivados. As agroindústrias foram projetadas e construídas com objetivo de facilitar o processo de transformação, aumentar a produtividade e melhorar a qualidade do produto final.

É, consequentemente, parte integrante do processo de diversificação da pequena propriedade e agregação de valor de produto primário, beneficiando as associações rurais do município. Cada unidade agrega em média 8 (oito) famílias tendo capacidade de transformação de 100 ton/ano de açúcar mascavo.

A execução da programação de desenvolvimento agropecuário se efetua de forma desconcentrada, cabendo a orientação e planejamento dos seguintes órgãos:

- EMATER – Empresa de Assistência Técnica Rural;
- CLASPAR – Empresa Paranaense de Classificação de Produção;
- Secretaria Municipal de Agricultura.

O armazenamento do produto agrícola é feito pela, por:

- Cooperativa Agropecuária Ltda., com capacidade de armazenamento de 25.800 toneladas.
- Cooperativa Agropecuária de Armazenamento – CIBRAZEM com capacidade de 10.500 toneladas.
- Armazéns particulares.

Os dados abaixo indicam como se configura socioeconomicamente o município, bem como a importância da educação superior para mudar tal realidade, trazendo assim uma qualidade de vida melhor para seus moradores e investidores.

FIGURA 1 – MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAPANEMA -PR

QUADRO 1 – DADOS SOCIOECONOMICAMENTE DO MUNICÍPIO

PIB per capita	2021	R$ 57.726,48	IBGECEPS Brasil
Mortalidade Infantil	2023	15,33 óbitos por mil nascidos vivos	DATASUS / IBGE
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade	2022	99,82 %	IBGE
Densidade demográfica	2022	48,88 hab/km²	IBGEaguaesaneamento.org.br
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	2010	0,706	IBGEapplocal.com.br (PNUD/IBGE)
Salário médio mensal dos trabalhadores formais			

QUADRO 2 – MESORREGIÃO PARANÁ

MESORREGIÃO	MICRORREGIÕES
Noroeste Paranaense	Paranavaí
	Umuarama
	Cianorte
Centro Ocidental Paranaense	Goioerê
	Campo Mourão
Norte Central Paranaense	Astorga
	Porecatu
	Floraí
	Maringá
	Apucarana
	Londrina
	Faxinal
	Ivaiporã
Norte Pioneiro Paranaense	Assaí
	Cornélio Procópio
	Jacarezinho
	Ibaiti
	Wenceslau Braz
Centro Oriental Paranaense	Telêmaco Borba
	Jaguariaíva
	Ponta Grossa
Oeste Paranaense	Toledo
	Cascavel
	Foz do Iguaçu
Sudoeste Paranaense	**Capanema**
	Francisco Beltrão
	Pato Branco
Centro-Sul Paranaense	Pitanga
	Guarapuava
	Palmas

Sudeste Paranaense	Prudentópolis
	Irati
	União da Vitória
	São Mateus do Sul
Metropolitana de Curitiba	Cerro Azul
	Lapa
	Curitiba
	Paranaguá
	Rio Negro

QUADRO 3 – POPULAÇÃO MICRORREGIÃO DE CAPENEMA

Microrregião	Localização	Municípios	População
Capanema		Ampére	19.152
		Bela Vista da Caroba	3.811
		Capanema	20.481
		Pérola d'Oeste	6.764
		Planalto	13.385
		Pranchita	6.258
		Realeza	16.950
		Santa Izabel do Oeste	14.521
POPULAÇÃO TOTAL MICRORREGIÃO DE CAPENEMA			**101.322**

Fonte: IBGE 2022 – adaptado pela IE.

QUADRO 4 – MUNICÍPIOS MICRORREGIÃO

Municípios Microrregião	IDH	Empresas Atuantes
Ampére	0,709	787
Bela Vista da Caroba	0,681	139
Capanema	0,706	818
Pérola d'Oeste	0,726	395
Planalto	0,706	496
Pranchita	0,752	289
Realeza	0,722	1.157
Santa Izabel do Oeste	0,696	390

Fonte: IBGE 2022 – adaptado pela IES.

1.3 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Em meados de 2003 o ESAP – Instituto de Estudos Avançados e Pós/Graduação S/C Ltda, tomou a decisão de oferecer cursos de graduação e ao mesmo tempo desenvolver um projeto com vistas à impulsionar o desenvolvimento da região sudoeste do Estado do Paraná. Nessa época a região citada, vivia uma de suas melhores fases econômicas, mas enfrentava sério problema na área educacional: a carência da educação superior na região limítrofe do Paraná com a Argentina, no âmbito do MERCOSUL.

Ao final de 2004 a mantenedora obteve o credenciamento da Faculdade Iguaçu oficializada pela Portaria MEC n. º 2762 de 6 de setembro de 2004 e as autorizações de funcionamento dos cursos de graduação em Administração e Sistemas de Informação, via Portarias MEC 2763 e 2764/04 de 6/9/2004 respectivamente.

A Faculdade Iguaçu foi Credenciada pela Portaria Nº 2762 de 06 de setembro de 2004 e realizou seu primeiro vestibular no início de 2005 oferecendo 50 vagas para o período noturno para cada um dos cursos ofertados, procedimento adotado ao longo de seus anos de funcionamento regular, obtendo por parte dos alunos e das comunidades da região, conforme processos de avaliação institucional interno/externa, relevantes conceitos a respeito de sua qualidade curricular, acompanhada da competência de gestão, de seus docentes e de seus técnicos administrativos, inclusive, obtendo seu Recredenciamento via portaria Nº 681 de 26 de maio de 2017. Atualmente aguarda finalização do processo de renovação de recredenciamento, protocolo nº 202027371.

A Faculdade Iguaçu, ocupa as instalações do imóvel de propriedade do Instituto Vocacional e Assistencial Santa Cruz (IVASC) sob termo de concessão de Direito Real de uso a título de comodato.- CNPJ 80.883.242/0001-00, localizado À Avenida Botucaris, 1590, Bairro Santa Cruz – CEP 85760-000 - Município de Capanema-PR, contrato renovado pelo prazo de 5 (cinco) anos a partir de 1º de setembro de 2022.

A Faculdade Iguaçu consciente da necessidade de se adotar um novo paradigma educacional, centrado na nova realidade sócio/econômica, cada vez mais firmada na informação, no

conhecimento e na tecnologia, nem sempre disponível à grande parte da população jovem, tem se posicionado como uns lócus do saber, da liberdade acadêmica e da inteligência.

Em seu Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), o interesse pela qualidade ocupa um lugar de destaque por meio do multiforme exercício da docência, corroborado com a atualização didática, conceitual e científica profissional dos docentes/tutores, objetivando que - fruto das lições aprendidas nos encontros, seminários e minicursos - os docentes e docentes/tutores possam ser capazes de implementar o processo ensino/aprendizagem com mestria, no sentido de que o acadêmico **aprenda** a **aprender**, **aprenda** a **fazer**, **aprenda** a **ser** e **aprenda** a **conviver**, quer técnica, humanística e transformadora.

Com relação à Extensão em seus diversos níveis, a IES considera sua relevância e pertinência, sabendo que deverá reexaminar as disposições institucionais aplicadas à integração do aluno com a sociedade, de forma competente, dialética e comprometida com as 'mazelas' do seu entorno social. Assim, direciona suas ações na produção do conhecimento, buscando superar as desigualdades sociais existentes, bem como a busca de fortalecimento do futuro profissional do acadêmico, voltado ao exercício pleno de sua cidadania, ou seja: o Profissional Global, em equilíbrio às demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico.

Preocupada também com o aperfeiçoamento de seus egressos, e ciente da mobilidade ocupacional nos dias atuais, está em constante interação com a comunidade de Capanema, a sociedade empresarial e a educacional, aproximando os seus acadêmicos e seus docentes ao mundo do trabalho nos âmbitos regional e estadual, confirmando as três características definidoras de uma Instituição de Ensino Superior - Ensino, Pesquisa e Extensão, em busca do atendimento aos novos desafios contemporâneos, tais como: **a)** a globalização, **b)** o empreendedorismo, **c)** a sociedade da informação, **d)** as implicações da colaboração, e) as demandas suscitadas pela responsabilidade social quanto à preservação do meio ambiente, **f)** o respeito aos direitos humanos, e **g)** as atenções para com a diversidade humano/ cultural, como por exemplo, as práticas curriculares consonantes à cultura afro-brasileira e indígena, além do atendimento às peculiaridades dos alunos com deficiências.

Ao longo de sua promissora história, há de se ressaltar que a importância da Faculdade Iguaçu não se resume só na formação de profissionais para o mundo do trabalho nas áreas de Administração, Sistemas de Informação e Pedagogia, mas, sobretudo, o papel relevante de interagir com as comunidades do entorno, inclusive, por meio das atividades de extensão.

Os cursos ofertados pela Faculdade Iguaçu receberam o aval do INEP, em relação aos pedidos de reconhecimento de Administração e Sistemas de Informação via Portarias de Nºs 1.350 de 10 de setembro de 2009, e 1.287 de 4 de agosto de 2009 respectivamente. De igual forma, na oportunidade em que solicitou a renovação de reconhecimento dos mesmos, alcançou seu objetivo via Portarias Nºs 704 de 18 de dezembro de 2013 e 412 de 23 de julho de 2014 respectivas e renovação de reconhecimento de Sistemas de Informação através da Portaria de Nº 99 de 02 de fevereiro de 2021.

Em especial ao curso de Administração, obteve novamente a renovação de reconhecimento via Portaria nº 329 de 7 de abril de 20211, inclusive, com conceito 4, demonstrando significativamente o alcance ótimo nas dimensões constantes de um processo de avaliação dessa natureza. Porquanto, os pressupostos que a Mantenedora acalenta, confirma-se na medida em que a IES se constitua num *lugar* onde se ensina e se aprende de forma democrática, participante, colaboradora e inovadora envolvendo os membros da organização e tantos outros da comunidade representativa da sociedade capanemense.

Por conseguinte, isto requer - promover um sólido entendimento das dimensões sócio-culturais-educacionais contemporâneas - cuja especificidade legitima a sua busca pela inserção local, regional e nacional no campo da formação de profissionais para as áreas: a) empresarial => Administração e Processos Gerenciais b) Tecnológica => Sistemas de Informação e c) educacional => Pedagogia.

Portanto, os cursos de Administração e Sistemas de Informação, presenciais e Administração, Pedagogia e Processos Gerenciais EAD, visam desempenhar um importante papel neste contexto, por meio de iniciativas que têm em vista promover a inclusão profissional de quantos futuros acadêmicos, justificando em princípio sua necessidade social.

1.3.1 Missão

Ser uma IES surpreendente no campo do ensino superior, compromissada com a pesquisa, a extensão, a produção e a disseminação de conhecimentos, nas modalidades presencial e a distância ministrando o ensino em prol da formação de profissionais, com foco na região Sudoeste do Paraná e ênfase no município de Capanema.

1.3.2 Visão

Ser reconhecida como uma instituição de ensino de qualidade organizacional e curricular nas modalidades presencial e EAD, sendo referência em educação, ciência na região sudoeste do Estado do Paraná.

1.3.3 Valores

Qualidade: Uma Instituição preocupada com a busca contínua da excelência acadêmica, nas suas áreas de atuação, em especial no ensino, pesquisa e extensão.

Ousadia: Uma Instituição que procura identificar e optar por novos caminhos e de criar novas oportunidades e práticas em conformidade com uma visão inovadora.

Atuação humanística: Uma Instituição capaz de opinar, influenciar e propor soluções para temas emergentes, tais como: acesso ao conhecimento e à cidadania, desenvolvimento científico e tecnológico, violência urbana, sustentabilidade ambiental e desigualdade social, entre outros.

Liberdade: Uma Instituição com docentes e técnico-administrativos e estudantes livres para desenvolver suas convicções e suas vocações no ensino, na pesquisa e na extensão.

Democracia e Pluralidade: Uma Instituição que assegura o reconhecimento pleno de sua diversidade e autodeterminação de seus vários segmentos.

Solidez: Uma Instituição saudável, ancorada na concepção de que a qualidade de vida é construída e vivida pelas pessoas em seu ambiente cotidiano, contribuindo para uma formação integral.

Responsabilidade: Uma Instituição orientada pela responsabilidade nos âmbitos ético-social, ambiental e dos direitos humanos.

1.4 OBJETIVOS E METAS DO PDI

Objetivos

Para o período contemplado neste PDI 2025/2029, a IES planejou alcançar os seguintes objetivos:

- Garantir o recredenciamento da IES e a oferta dos cursos de graduação e pós-graduação nas modalidades presencial e EaD.
- Assegurar e inovar os processos de avaliação e gestão acadêmica e administrativo-financeira visando sustentabilidade e qualidade na oferta dos serviços educacionais e fortalecimento da infraestrutura física e tecnológica da IES.
- Comprometer com a transmissão e construção do saber, com a pesquisa, com inovações, com o ensino e formação profissional que contemple conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à atuação do cidadão, bem como com a educação continuada e a cooperação internacional, a fim de contribuir para com o desenvolvimento sustentável das comunidades do entorno de Capanema-Pr.

Metas

Para cada objetivo foram estabelecidas metas, conforme a seguir:

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional

- Garantir a qualidade dos cursos, tendo como referência critérios internos e externos de avaliação, os Processos de Autoavaliação de cursos e da Instituição;

- Assegurar a inovação dos instrumentos de avaliação interna e ampliar os processos de comunicação, buscando ampla visibilidade aos processos avaliativos.

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional

- Promover acompanhamento contínuo e sistemático do Plano de Desenvolvimento Institucional, a fim de garantir o cumprimento da missão e sustentabilidade, bem como subsidiar a qualidade dos processos de ensino-aprendizagem e gestão institucional;
- Assegurar a oferta de cursos na modalidade de Ensino a Distância;
- Expandir a oferta dos cursos de pós-graduação considerando a missão institucional e as necessidades regionais;
- Fortalecer a política de acesso ao conhecimento;
- Incrementar a educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena;
- Intensificar ações que façam a inter-relação das dimensões ambiental, justiça social e direitos humanos à área da gestão e desenvolver ambiente corporativo inclusivo, propiciando condições para o trabalho e o desenvolvimento da pessoa com deficiência;
- Fomentar a internacionalização da instituição e consolidar um programa de mobilidade acadêmica.

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas

- Assegurar a qualidade do ensino numa perspectiva inclusiva no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação;
- Criar programas de incentivo a publicação científica;
- Garantir comunicação com egressos;
- Garantir o Núcleo de Apoio Psicopedagógico fortalecendo as políticas de inclusão e acessibilidade, o nivelamento e a monitoria;
- Melhorar o processo de comunicação interna e externa;
- Fortalecer a gestão do corpo docente/tutorial e técnico-administrativo.

Eixo 4 – Políticas de Gestão

- Incrementar as ações voltadas ao aperfeiçoamento e atualização do corpo docente/tutorial e técnico-administrativo, com utilização de métodos de aprendizagem ativa;
- Fomentar a qualificação e titulação do corpo docente tutorial;
- Promover programa de educação continuada voltado ao aprimoramento do desempenho profissional do corpo técnico-administrativo;
- Garantir o plano de cargos e salários;
- Incrementar sistemas de gestão acadêmica e administrativo-financeira;
- Aumentar receita, reduzir custos e aumentar rentabilidade.

Eixo 5 – Infraestrutura Física

- Promover expansão da infraestrutura física e tecnológica, garantindo condições de acessibilidade a pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida;
- Manter atualizados e renovados o acervo bibliográfico e as redes de informação da biblioteca.

As ações institucionais desenvolvidas pela Faculdade serão orientadas por marcos que surgem da política estratégica funcional, amplamente discutida no conteúdo do PDI. Esses parâmetros associados à missão e aos princípios institucionais nortearão as ações acadêmicas e administrativas. Cursos de Graduação Superior Oferecidos pela IES – ANEXO I

2. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional é uma ferramenta de gestão que visa melhorar a qualidade do ensino e orientar a ampliação da oferta educativa, aumentar continuamente a eficiência institucional e acadêmica e social, para além de aprofundar compromissos e obrigações através da aplicação da sua missão, promoção de valores democráticos, deferência às diferenças e diversidades, afirmação da autonomia e personalidade institucional.

A avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) se realiza em dois processos distintos, porém complementares. Um dos processos é a Avaliação Interna, promovida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), e outro por Avaliação Externa, realizada por especialistas do Ministério de Educação (MEC), pelo Instituto de Pesquisa Anísio Teixeira (INEP) ou pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

2.1 Avaliação Externa

A avaliação externa é uma dimensão essencial da avaliação institucional. A apreciação de comissões de especialistas externos à instituição contribui para o autoconhecimento, aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela IES trazendo subsídios importantes para a regulação e a formulação de políticas educacionais.

Mediante análises documentais, visitas in loco, interlocução com membros dos diferentes segmentos da instituição e da comunidade local ou regional, as comissões externas ajudam a identificar acertos e equívocos da avaliação interna, apontam fortalezas e debilidades institucionais, apresentam críticas e sugestões de melhoramento ou, mesmo, de providências a serem tomadas - seja pela própria instituição, seja pelos órgãos competentes do MEC.

A CPA da Faculdade Iguaçu segue os procedimentos de Autoavaliação Institucional em conformidade com a Lei nº 10.861/2004 SINAES, a Portaria nº 2.051, DE 9 DE JULHO DE 2004 e as Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). O Processo de Autoavaliação é dever de toda instituição de ensino superior determinado através da Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, lei esta que instituiu o SINAES. Em seu artigo 1º, através do §1º, ficou estabelecida a finalidade do sistema:

> O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito a diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2004, p.1).

2.2 Avaliação Interna – Autoavaliação

O Processo de Autoavaliação Institucional é de responsabilidade exclusiva da CPA da Faculdade Iguaçu, que tem autonomia para estruturar e priorizar o processo avaliativo, com membros indicados pelo conselho. Perante o MEC, a CPA deve coordenar os processos internos de coleta de dados sobre as diferentes dimensões do trabalho do docente e docente/tutor, técnicos administrativos e direção, sistematizar e analisar as informações para subsidiar as atividades de gestão da faculdade.

A Faculdade Iguaçu se propõe a viver um Processo de Autoavaliação Institucional, por isso planejou as etapas deste processo a fim de alcançar seus objetivos. Destacam-se como etapas:

1. Elaboração do projeto;
2. Definição do problema de pesquisa;
3. Identificação dos indicadores a serem pesquisados;
4. Definição do método de pesquisa;
5. Elaboração dos quesitos a serem pesquisados;
6. Preparação dos questionários;
7. Análise de dados;
8. Mensuração do resultado;
9. Publicação dos resultados;
10. Planejamento Estratégico para solucionar o problema, com base nos resultados;
11. Aplicação do Plano de Ação;
12. Reanálise dos resultados; e
13. Elaboração de relatórios parciais e final.

Conforme define o Regimento, é a partir do Regulamento da Comissão Própria de Avaliação, aprovado pelo Conselho de Administração Superior que são definidos os membros da mesma.

A CPA será assim composta:

- Representante(s) do corpo docente tutorial
- Representante(s) do corpo discente
- Representante(s) do corpo técnico-administrativo

- Representante(s) da sociedade civil organizada

A autoavaliação contempla a participação de todos os segmentos, em igualdade de participação. Todos se envolvem no processo respondendo as pesquisas quantitativa e qualitativa, participando de entrevistas, analisando os aspectos positivos e negativos dos cursos, da gestão institucional e apresentando sugestões que provoquem a melhoria da sua qualidade.

A Instituição empreenderá todos os esforços necessários para maior participação e engajamento de todos os segmentos na coleta de dados. O Processo de Autoavaliação utilizará de vários métodos de pesquisa, abrangendo todas as vertentes da instituição e que ocorrerão em momentos distintos:

- Avaliação do docente e docente/tutor pelo discente e coordenador.
- Avaliação do coordenador de curso pelo docente e docente/tutor e discente.
- Avaliação Institucional Geral: ao final do ciclo, envolvendo todos os segmentos: discentes, docentes/tutores, coordenadores, diretores, funcionários técnico-administrativos, egressos, representantes da sociedade civil organizada.
- Pesquisa Egresso: envolvendo todos os egressos dos cursos concluídos no período.
- Pesquisa sobre a qualidade e eficiência do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA: qualidade do material didático e dos recursos tecnológicos.
- Análise Documental: PDI, PPC dos cursos, Regulamentos e Regimento.
- Reuniões Técnicas Setoriais: para levantamento da infraestrutura humana, física e tecnológica existente e análise para a identificação de sua adequação à estrutura de oferta.
- Pesquisa de Demanda de Cursos com parceria com a Direção e Coordenação dos cursos.

A coleta de informações para diagnóstico e estudo da realidade institucional, será viabilizada por meio de um instrumento eletrônico de coleta de dados cujos dados, sempre atualizados, servirão como subsídios para o Processo de Autoavaliação Institucional.

A sistemática da avaliação institucional, com vistas à melhoria da qualidade será desenvolvida obedecendo as diretrizes do projeto de pesquisa, que estipula um ciclo de três anos para o Processo de Autoavaliação, e apresenta os seguintes princípios básicos:

I. Sensibilização de todos os segmentos da comunidade acadêmica para sua relevância;
II. Reconhecimento da legitimidade e pertinência dos princípios norteadores e dos critérios a serem adotados;
III. Envolvimento direto de todos os segmentos da comunidade.

Dessa forma, compreende-se inicialmente que a avaliação é um instrumento de gestão e tem uma dimensão pedagógica relativa ao autoconhecimento e à função de assegurar a constante melhoria da qualidade das atividades acadêmicas de ensino, iniciação científica e extensão. Assim, a Instituição poderá desempenhar sua função de Instituição de Educação Superior comprometida com a realidade social da qual é parte constitutiva.

No artigo 11 da Lei Federal no 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que preconiza que toda instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá uma CPA, responsável pela Autoavaliação da Instituição considerando, obrigatoriamente, os cinco eixos, que são:

- **Eixo 1:** Planejamento e Avaliação Institucional
- **Eixo 2:** Desenvolvimento Institucional
- **Eixo 3:** Políticas Acadêmicas
- **Eixo 4:** Políticas de Gestão
- **Eixo 5:** Infraestrutura

São as seguintes dimensões que serão utilizadas no Processo de Autoavaliação da Faculdade Iguaçu:

- A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- A política para o ensino, o incentivo a iniciação científica, a graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, de monitoria e demais modalidades;

- A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- A comunicação com a sociedade;
- As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente tutorial e corpo técnico-administrativo;
- Organização e gestão da instituição;
- Infraestrutura física, especialmente a de ensino, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia do Processo de Autoavaliação Institucional;
- Políticas de atendimento a estudantes e egressos; e
- Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

A autoavaliação da Faculdade será um processo cíclico, de reflexão e autoconsciência institucional, com análise e síntese das dimensões que a definem, com as atribuições de condução dos processos internos de sistematização e de prestação das informações. Enfim, se define como uma avaliação formativa, que procurará estabelecer os pontos críticos de uma situação atual com o objetivo de proporcionar elementos para sua superação.

Na avaliação do contexto externo serão consideradas as seguintes variáveis:

- Cenários e tendências das profissões vinculadas aos cursos ofertados pela Faculdade;
- Utilidade da Faculdade para a sociedade;
- Cenários e tendências do mercado de trabalho;
- Pesquisa com o aluno egresso; e
- Avaliação institucional pelos segmentos representativos da comunidade.

Na avaliação do contexto interno (autoavaliação) são consideradas as seguintes variáveis:

- Aluno

- Docente e docente/tutor
- Funcionários técnico-administrativos
- Currículo
- Atividades acadêmicas
- Serviços prestados
- Acervo bibliográfico
- Plataforma digital
- Processos de gestão
- Utilidade da Faculdade para a sociedade, na opinião dos membros internos.
- Modelo de gestão da Instituição: cultura, clima e valores.

A avaliação do contexto oficial considera as seguintes variáveis:

- Condições iniciais de oferta
- Reconhecimento dos cursos
- Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE

2.2.1 Estratégias de Utilização dos Resultados da Avaliação

A CPA da Faculdade Iguaçu, de posse dos resultados da autoavaliação, fornecerá indicadores para fazer o balanço das atividades e realinhar a estratégia da IES e será realizada uma análise aprofundada dos resultados do processo. Os relatórios produzidos pela CPA ajudarão a direção da IES a identificar acertos e ineficiências, pontos fortes, oportunidades e dificuldades, engajar-se em um processo de reflexão sobre as causas de situações positivas e negativas e, assim, adotar uma abordagem de gestão eficaz.

Os dados e as informações apresentadas no desenvolvimento serão analisados e apropriados pelos atores da instituição, culminando no planejamento e na execução das ações. Neste momento será realizado um diagnóstico a respeito da IES, ressaltando os avanços e os desafios a serem evidenciados em um relatório demonstrando o quanto foi alcançado em relação ao que foi estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), considerando o perfil e a identidade da IES.

Os resultados da avaliação serão tabulados e analisados pela CPA e estarão disponíveis ao corpo de docente tutorial, discentes, gestores da IES e coordenadores de Cursos, no site da Faculdade, bem como para a sociedade civil. Os resultados obtidos das avaliações serão empregados para a elaboração dos planos de trabalho da Diretoria, Coordenadorias de Cursos e lideranças de Setores, bem como deverão fornecer subsídios às decisões relativas a novos investimentos na Faculdade, projetos de ensino, iniciação científica e extensão e parcerias com a comunidade. Também deverão ser referência para alterações curriculares dos cursos oferecidos, na perspectiva de sempre oferecer formação atualizada e voltada para a realidade local, e ponto de partida para a tomada de decisão quanto à oferta de novos cursos pela Faculdade.

Além dos relatórios institucionais, a CPA elaborará relatórios segmentados para cada curso da Instituição, presenciais ou na modalidade a distância, que serão remetidos ao NDE com recomendações para processos decisórios. De posse destas, é política institucional que cada NDE responda a esses relatórios com a realização de ações efetivas ações de melhoria no âmbito do seu curso. Os resultados das avaliações externas (MEC, ENADE, CPC e IGC), também subsidiam o processo de auto avaliação dos cursos de todas as modalidades de ensino.

O retorno dos resultados será feito através de:

I. Divulgação dos resultados gerais e de curso no site da instituição, no AVA dos alunos e pelas mídias digitais que a instituição utiliza como meio de comunicação e marketing.
II. Reuniões com corpo administrativo;
III. Reuniões com corpo docente tutorial;
IV. Informativo distribuído à comunidade acadêmica quanto às melhorias efetivadas a partir da avaliação.
V. Seminários de Divulgação e Conscientização sobre as ações da CPA e suas conquistas.
VI. Os docentes e docentes/tutores receberão o resultado da dimensão pedagógica individualmente, num processo que envolve orientação por parte da coordenação do curso.

VII. O diretor receberá os relatórios completos, os analisará em conjunto com o Conselho de Administração Superior visando à adoção de medidas para a melhoria da faculdade.

VIII. Os coordenadores de cursos e a CPA utilizarão os dados obtidos para compor o relatório de avaliação final discutindo ações e recomendando as mudanças necessárias, apontadas por esse instrumento de avaliação.

2.3 Infraestrutura Física e Tecnológica Destinada à CPA – Comissão Própria de Avaliação

Infraestrutura Física – As instalações da CPA foram projetadas buscando criar um ambiente agradável e privativo aos seus componentes, que permite a realização de reuniões e planejamentos. Além disso, para facilitar os trabalhos, a sala é climatizada, com boa iluminação, acústica, mobiliário, segurança e acessibilidade. Tem disponibilidade de recursos tecnológicos, computadores conectados à internet e mobiliário adequado as atividades realizadas.

A CPA também tem acesso aos documentos institucionais solicitados por ela para fins de análise e do desenvolvimento dos trabalhos. Quando necessário, a CPA também pode reservar a utilização de salas de aula, laboratório de informática e auditórios para desenvolvimento das atividades conforme demanda.

Infraestrutura Tecnológica – os processos avaliativos, as aplicações dos questionários e análise dos resultados, serão todos informatizados, sendo realizados com o apoio da equipe de TI (Tecnologia da Informação). Os questionários serão armazenados no banco de dados da instituição e disponibilizados individualmente aos discentes, docentes, docentes/tutores e colaboradores técnicos- administrativos de forma on-line, por meio do ambiente virtual próprio e desenvolvido pela Instituição e ou link para avaliação enviado por e-mail (sociedade civil e alunos egressos). Aos colaboradores que não possuem acesso a computadores, o departamento de Recursos Humanos distribuirá formulários de avaliação impressos ou disponibilizará computadores do laboratório ou biblioteca, para que a avaliação da CPA alcance todos os funcionários da instituição. Para os públicos interno e externo, a CPA também tem à disposição formulário eletrônico, disponível no site em tempo integral.

A CPA elaborará campanhas de conscientização sobre as suas funções e conquistas, através de e-mail marketing, informativos de endomarketing, elaboração das artes dos banners, flyers e cartazes, divulgação no site institucional e nas redes sociais, e envio de SMS via mobile. As análises dos resultados (tabelas, gráficos e demais análises quantitativas e qualitativas) serão desenvolvidas de forma automatizada e disponibilizadas para consulta via sistema acadêmico. A instalação destinada a CPA é contemplada no Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial. Terá sua avaliação também realizada pela própria CPA durante sua pesquisa institucional.

2.4 Diretrizes Operacionais para o Biênio 2025/26 em Face do Plano de Melhorias Institucionais - a partir dos resultados das avaliações anteriores da CPA

1. Ampliar e atualizar o acervo bibliográfico da Biblioteca com aquisição e disponibilização de livros, por área de conhecimento, além de periódicos e revistas especializadas afins.
2. Manter a política de desconto nas mensalidades, na ordem de 30% para os acadêmicos que cumprirem suas obrigações quanto ao pagamento das parcelas respectivas ao semestre até o 5º dia útil do calendário do mês em curso.
3. Avaliar e promover as mudanças afins no Projeto Pedagógico dos Cursos de Administração, inclusive, implementando as ações com vistas a tornar suas matrizes curriculares alinhadas aos novos desafios da sociedade empresarial contemporânea.
4. Realizar eventos de capacitação e atualização para o pessoal da Secretaria Acadêmica tendo em vista esclarecer as questões de legislação e normas institucionais vigentes, inclusive, as pertinentes ao registro das atividades 2025 a 2029.
5. Estabelecer acordos de ação integrada e cooperação técnico-pedagógica com instituições públicas e privadas com foco no desenvolvimento dos estágios obrigatório e não obrigatório e outras atividades curriculares afins.
6. Compor e designar os membros dos novos Colegiados do curso, CPA e NDE, inclusive, prestando orientações aos componentes respectivos acerca de suas atribuições e responsabilidades acadêmicas.

7. Revisar o Regimento Geral visando readequá-lo as novas propostas curriculares e de avaliação do processo ensino/aprendizagem na modalidade EAD e complementaridade das cargas horárias dos cursos ofertados pela FI.
8. Readequar o laboratório de informática para melhor suporte às atividades de ensino inclusive, àquelas de EAD dos cursos ofertados nessa modalidade. Para melhor regulação dos processos a IES contratará um técnico especializado para tal.
9. Organizar a documentação pertinente a visita dos avaliadores do INEP quanto aos processos de avaliação da Faculdade Iguaçu em trâmite no e-MEC.
10. Aplicar os instrumentos de avaliação nos alunos, docentes e docentes/tutores envolvidos nos serviços de ensino/aprendizagem sob a responsabilidade da CPA e dos coordenadores de curso. Após a tabulação dos resultados quantitativos pela CPA, promover a análise dos resultados para a consequente elaboração do Relatório a ser encaminhado ao e-MEC.
11. Definir estratégias para aumentar a participação dos docentes, docentes/tutores e alunos na autoavaliação.
12. Implementar o Projeto Ciclo de Palestras que propicia uma discussão aprofundada acerca dos mais variados temas, tendo em vista despertar a reflexão/ação, desenvolvimento da criticidade, autonomia e a busca de soluções para as problemáticas do cotidiano social.
13. Manter o projeto de nivelamento ofertado aos discentes semestralmente
14. Ofertar o curso “Uso de recursos do Ambiente Virtual de Aprendizagem” (AVA) para os docentes/tutores e discentes.

3. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

3.1 Organização Administrativa e Gestão Institucional

A finalidade do planejamento institucional é dotar a instituição de um modelo de estrutura organizacional que lhe permita cumprir sua missão, metas e objetivos propostos no PDI. O modelo de gestão adotado visa facilitar o cumprimento do PDI a partir de uma perspectiva política construída em um contexto complexo e dinâmica, que é o segmento da educação,

permitindo-lhe conviver com as necessidades, tensões, relações de poder e negociações próprias.

A política institucional de gestão acadêmica da IES pode ser explicitada com base nos seguintes princípios fundamentais da organização:

I. Unidade de patrimônio e administração;
II. Estrutura orgânica com base em cursos, vinculados à administração superior;
III. Unidade de funções do ensino, iniciação científica e extensão;
IV. Racionalidade de organização com plena utilização dos recursos materiais e humanos;
V. Flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades locais e regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisa e de extensão.

Os eixos centrais da gestão institucional estabelecem:

- A adoção de um modelo de organização que, em todos os planos, conduza à realização da missão institucional;
- Uma organização integrada a um padrão geral de administração flexível e baseada na informação, na informatização e no domínio das novas tecnologias de comunicação;
- Planejamento acadêmico capaz de conviver com mudanças e de estimular a inovação.

A Faculdade Iguaçu está estruturada de forma que proporcionará à administração agilidade e flexibilidade para responder às necessidades internas e externas e às exigências modernas de gestão. Tal formato permite ainda ampliar a transparência, a rapidez das respostas e a comunicação entre os segmentos que compõem a dinâmica institucional.

Na estrutura organizacional da faculdade, os níveis hierárquicos são responsáveis pela formulação, deliberação e execução das atividades institucionais, que se integram, objetivando a qualidade da gestão e dos serviços educacionais prestados, possibilitando a implantação das medidas propostas e do crescimento institucional.

Os órgãos de deliberação e de execução são desenhados de forma que permitam a execução eficiente das atividades laborais, facilitando a comunicação interna e externa, maior controle dos processos e direcionamento das tarefas e decisões, podendo-se obter, em consequência, maior envolvimento da comunidade acadêmica.

Tal estrutura permite processos decisórios mais eficientes envolvendo diversos segmentos da comunidade acadêmica, o que permite a cada setor autonomia e responsabilidade pelas decisões tomadas. Do ponto de vista da gestão institucional, isso requer que a função administrativa seja desenvolvida em todos os níveis hierárquicos da instituição e que tenha capacidade de responder às demandas e expectativas da comunidade interna e externa. O modelo de gestão adotado pela Faculdade Iguaçu vai permitir ao seu grupo de gestores:

- Reconstruir a ideia e o conteúdo do PDI, se necessário.
- Monitorar o servido educacional que oferta e as mudanças políticas, econômicas, sociais, demográficas e culturais que afetam o ensino superior.
- Aprimorar o processo de avaliação para reunir pesquisas e orientações que apoiem cientificamente a implementação de decisões e ações que levem à implementação do PDI.

3.2 Estrutura Organizacional da IES

A Gestão Institucional da Faculdade Iguaçu está assentada numa concepção democrático-participativa, baseada na relação orgânica entre as diversas diretorias e a participação de todos os envolvidos na busca dos objetivos comuns. A IES adotará uma forma coletiva de gestão em que as decisões são tomadas e discutidas conjuntamente. Cada membro da equipe assume sua parte no trabalho admitindo-se a coordenação e avaliação sistemáticas da operacionalização das decisões tomadas dentro de uma diferenciação de funções e saberes.

A Estrutura Organizacional encontra-se disciplinada no Regimento Interno e é composta pelos órgãos da Administração Superior, órgãos de Administração Básica e órgãos de Apoio.

Os Órgãos da Administração Superior são:

I. Conselho de Administração Superior - CAS
II. Diretoria
III. Comissão Própria de Avaliação - CPA

Os Órgãos da Administração Básica são:

I. Colegiado de Curso
II. Coordenadoria de Curso

Os Órgãos de Apoio Complementares/Suplementares são:

I. Secretaria Geral
II. Biblioteca
III. Setores Administrativos e Financeiro
IV. Equipe Multidisciplinar

Além destes órgãos, a Faculdade Iguaçu conta com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) para os cursos. A gestão participativa da Faculdade está alicerçada na participação de seus órgãos colegiados, nos quais está prevista a representatividade do seu corpo discente, corpo docente e tutorial, técnico-administrativos e sociedade civil.

Todas as deliberações, normatizações, proposições e avaliações nas esferas administrativas e acadêmica são de responsabilidade destes órgãos, considerando as competências de cada um. Assim, a Faculdade Iguaçu promove um modelo de gestão em que a comunidade acadêmica participa nos processos de tomada de decisão e se envolve propositadamente na consecução dos objetivos administrativos e pedagógicos institucionais, bem como na concretização da missão e no cumprimento dos seus objetivos e visão.

3.3 Política de Apoio ao Discente

O funcionamento da Faculdade Iguaçu está alicerçado numa gestão participativa e democrática por meio desses órgãos, nos quais está prevista a participação efetiva do seu corpo discente e docente tutorial. A participação discente se apresenta por meio da participação dos mesmos no colegiado dos cursos e na comissão da CPA.

As políticas de atendimento aos discentes serão implantadas através da Diretoria, pautadas nos princípios de acesso à educação, estímulo à permanência, apoio psicopedagógico e financeiro.

As políticas de atendimento aos discentes envolvem:

I. Diretoria
II. Coordenações de Curso
III. Núcleo de Apoio Psicopedagógico– NAP
IV. Ouvidoria
V. CPA

A Faculdade se preparou para que os alunos tenham a maior comodidade e conforto em seus ambientes. Para isso destinou espaços específicos por áreas para que os atendimentos possam ser reservados de acordo com o objeto e tema a ser tratado.

Todos os espaços estão preparados e atendem plenamente quanto à acústica, ventilação, iluminação, limpeza, segurança, comodidade e acessibilidade. Os alunos da Faculdade além dos espaços acadêmicos poderão ser atendidos de forma especializada nas seguintes instalações:

1. Setor Financeiro, para questões relacionadas a mensalidades. Presencialmente ou no portal acadêmico.
2. Secretaria, para questões quanto ao seu ingresso, processo seletivo, matrícula ou documentos pessoais. Presencialmente ou no portal acadêmico.
3. Diretoria, com atendimento direto do (a) Diretor (a), que estará à disposição tanto do aluno, quanto de toda comunidade acadêmica.
4. Sala de Coordenação, com atendimento reservado pelo Coordenador do seu Curso. Cada Coordenador (a) terá horário e dia de atendimento específico, de acordo com sua carga horária de trabalho e atividades acadêmicas, de forma presencial e ou virtual.
5. Sala de Atendimento Psicopedagógico com profissionais especializados para o desempenho de suas funções, de forma presencial e virtual.

6. Ouvidoria presencial e *online*, canal de comunicação aberto entre aluno e instituição. O discente poderá realizar reclamações, sugestões e elogios, seja por meio do site, bem como, direto com o Ouvidor (a) da Instituição.

Para assegurar que as instalações estejam sempre em conformidade e atendendo às necessidades institucionais em temos quantitativos e qualitativos a IES elaborou um Plano de Avaliação Periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial.

A CPA será responsável pelo Processo de Autoavaliação Institucional, que terá entre os critérios de avaliação os espaços destinados para atendimentos aos discentes, que permitirá uma melhor visão da comunidade acadêmica que utiliza o espaço, garantindo ações de melhorias e manutenção patrimonial quando necessários.

3.3.1 Acessibilidade e Inclusão

Tendo como objetivo constante a execução do papel social que assume ao considerar o interesse público e o teor de suas atividades, a Faculdade Iguaçu promoverá oportunidades de inclusão social das pessoas com deficiência, levando em conta a diversidade dos perfis que se apresentam à Instituição. Dessa forma, as políticas e programas dedicados especificamente a esses tendem não apenas cumprir as exigências presentes na legislação vigente, mas, sobretudo, oferecer um atendimento satisfatório à comunidade acadêmica.

A Faculdade possui a Política de Acessibilidade com ações nas áreas, arquitetônica, atitudinal/pedagógica e comunicacional, propondo medidas institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade, sendo que sua implementação está sob a responsabilidade do Núcleo de Apoio Psicopedagógico.

Quanto à acessibilidade atitudinal, pedagógica e de comunicação, a Instituição mantem instalado em seus computadores (Laboratório de Informática, Biblioteca) softwares livres para

facilitar o acesso do acadêmico as suas atividades: Hugo (Braile), Dosvox e teclado virtual, atendendo, assim, questões ligadas à acessibilidade metodológica.

A instituição mantém as dimensões referenciais para deslocamento de pessoas; adota diferentes formas de comunicação (visual, tátil e sonora) e sinalização (permanente, direcional, de emergência).

3.3.2 Atendimento Apoio Psicopedagógico

O suporte psicopedagógico é um serviço desenvolvido por profissional através do Núcleo de Apoio Psicopedagógico, que objetiva apoiar os alunos da instituição no desenvolvimento de seus cursos de graduação e pós-graduação, buscando a democratização da sua permanência, integração e participação na Faculdade Iguaçu. A finalidade do apoio psicopedagógico é orientar e auxiliar na realização das atividades acadêmicas realizadas pelos discentes, ou ainda, sugerir o devido encaminhamento, para os casos em que se fizer necessário, a um atendimento psicológico especializado.

O apoio psicopedagógico será desenvolvido por profissionais especializados de forma presencial ou virtual, e o objetivo do serviço é responder, individualmente ou em grupo, as demandas de alunos, docentes e docentes/tutores e Coordenadores, a fim de promover a saúde dos relacionamentos interpessoal e institucional que contribuem para o processo ensino-aprendizagem. Para tanto irá:

I. Promover um espaço de permanente diálogo junto aos Diretores, Coordenadores, Corpo Docente Tutorial e Corpo Técnico-administrativo, com vistas à construção de estratégias preventivas na atenção aos alunos;
II. Fazer o acompanhamento e orientação pedagógica;
III. Orientar psicopedagogicamente os alunos em suas eventuais dificuldades, juntamente com o corpo docente tutorial e coordenadores;
IV. Encaminhar os estudantes ao atendimento médico e ou psicológico, se necessário;
V. Promover atividades de socialização;
VI. Participar da organização da recepção aos calouros.

Quanto ao apoio social o objetivo é o atendimento às demandas sociais apresentadas pela comunidade acadêmica, através de análise dos registros de atendimentos aos alunos visando o fortalecimento do indivíduo e a melhoria da qualidade de vida. O objetivo é ajudar o aluno a superar as dificuldades econômico-financeiras, sociais e de integração. Para atender a este objetivo a Faculdade Iguaçu contará com um conjunto de instrumentos destinados a identificar e encaminhar os estudantes na procura de soluções para os seus problemas.

3.3.3 Programa de Nivelamento

A Faculdade possui um Programa Institucional de Nivelamento com o objetivo de oferecer ao acadêmico com dificuldades em acompanhar determinados componentes curriculares, as condições adequadas para a superação de suas dificuldades, especialmente aos recém-ingressados, permitindo que ele acompanhe o processo ensino-aprendizagem em sua plenitude.

A oferta do programa depende primeiramente da constatação da necessidade de sua oferta, através de avaliação feita pelo docente/tutor e docente, responsável pelo componente e pelo Coordenador do Curso. Para a oferta do programa o Coordenador de Curso, junto com o docente e docente/tutor responsável pelo componente realizarão um plano de ação, estabelecendo prazos, dias e horários das atividades, bem como os procedimentos necessários para promover efetivamente o nivelamento dos alunos para o acompanhamento do componente em questão. Posteriormente, os alunos serão informados e convocados para participarem do nivelamento, mas em dias e horários diversos àqueles em que o curso regular acontece.

O Programa tem como objetivos:

I. Capacitar os discentes para:

- Propiciar a recuperação e o aprimoramento de conhecimentos básicos e imprescindíveis ao prosseguimento dos estudos;
- Acompanhar os componentes curriculares e/ou conteúdo do curso com o mínimo de dificuldades possíveis;

- Ser elemento de equalização dos saberes considerados pré-requisitos para o desempenho da profissão; e
- Preparar as bases para o objetivo central do curso.

II. Desenvolver habilidades que permitam ao participante:

- Ter uma visão crítica de suas potencialidades e dificuldades;
- Perceber que os processos de aprendizagem não acontecem de forma igualitária para todos;
- Reconhecer que o domínio do conteúdo é essencial ao profissional e fator de segurança para o desempenho de suas funções;
- Reconhecer que dificuldades de escrita, oralidade podem ser sanadas e/ou minimizadas;
- Identificar-se como sujeito do saber e corresponsável por seu progresso e formação acadêmica; e
- Identificar tecnologias e ferramentas de apoio para minimizar e/ou sanar suas dificuldades.

Essas políticas serão reveladas através do Programa de Nivelamento, com vistas a ampliar a autonomia intelectual do aluno, resgatando conhecimentos do ensino fundamental e médio, com atividades de nivelamento em português e ou matemática e ou informática, na modalidade presencial ou a distância.

3.3.4 Apoio Financeiro

As políticas de apoio financeiro respeitam as condições socioeconômicas dos estudantes e para tanto, a IES disponibiliza de um regulamento próprio descrevendo as bolsas com os respectivos descontos.

3.3.5 Acompanhamento de Egressos

A IES conta com um Programa de Acompanhamento de Egressos, vinculado às ações da CPA. As atividades do Programa possibilitarão a continuada avaliação dos cursos, pelo desempenho

profissional dos ex-alunos, viabilizando adicionalmente a participação dos mesmos em atividades de extensão promovidas pela Faculdade Iguaçu.

O processo educacional pretendido pela Faculdade extrapola o período em que o aluno permanecerá estudando na IES. Enseja-se um acompanhamento da sua atuação no mercado de trabalho e um apoio de orientação e formação complementar. A Faculdade pretende ser uma referência permanente na vida dos egressos, possibilitando assim, diversos canais de participação.

A IES manterá um programa de acompanhamento de egressos, com os seguintes objetivos específicos:

I. Avaliar o desempenho do curso, através do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex-alunos.
II. Manter registros atualizados de alunos egressos.
III. Promover intercâmbio entre ex-alunos.
IV. Promover encontros, cursos de extensão, aperfeiçoamento e palestras direcionadas a profissionais formados.
V. Condecorar egressos que se destacarem, nas atividades profissionais.
VI. Divulgar permanentemente a inserção dos alunos formados no mercado de trabalho.
VII. Encaminhar e acompanhar os egressos para as ofertas de emprego.
VIII. Realizar estudo comparativo entre a atuação do egresso e a formação recebida que objetiva subsidiar as ações de melhoria relacionadas às demandas da sociedade e do mundo do trabalho.

Através desse Programa, a Faculdade se propõe a manter um contato permanente com os seus egressos, buscando informações sobre sua colocação no mundo do trabalho, identificando suas vivências e dificuldades profissionais. Também o Programa pretende ser um mecanismo de intercâmbio e de formação continuada desses profissionais.

A concepção metodológica do Programa será baseada no intercâmbio entre a Faculdade e os egressos, viabilizado através de telefonemas, redes sociais, e-mail e contatos presenciais e ou

virtuais no âmbito da Instituição. O site da Faculdade funcionará como o principal canal de informação e divulgação de atividades para os egressos.

De modo a se aproveitar dos recursos da TICs, a Faculdade também criou páginas em redes sociais (web e outros aplicativos) para fomentar a interação constante entre os ex-alunos. Assim, as TICs são a oportunidade para que a IES fomente a *network* de seus egressos e ao mesmo tempo possa acompanhá-los na sua evolução profissional. O Programa é operacionalizado pela Secretaria Acadêmica, em conjunto com a Comissão Própria de Avaliação - CPA.

3.3.6 Ouvidoria

A ouvidoria é um órgão, de natureza mediadora, com atendimento pessoal e virtual, telefônico, eletrônico ou por correio convencional, de apoio à comunidade acadêmica interna e externa, apto a ouvir, encaminhar e acompanhar críticas, elogios, sugestões e solicitações. Através dos canais de interseção disponíveis no site, a comunidade acadêmica e sociedade encaminham reivindicações, sugestões, reclamações ou elogios diretamente para o setor, possibilitando a melhora do funcionamento da instituição. A Ouvidoria relaciona-se diretamente com os órgãos envolvidos para a busca de soluções e respostas, em âmbito institucional e comunitário, aos que dela se servem.

4. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Instituição constitui-se em um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que evidencia as políticas acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, considerando a sua perspectiva histórica, inserção regional, vocação, missão, visão e objetivos. O PPI da Instituição tem caráter propositivo, apresentando concepções e princípios em consonância com a legislação da educação superior e com as diretrizes vigentes que caracterizam o referencial para a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos e programas e para o planejamento das ações educacionais pertinentes considerando-se a concepção e as finalidades da educação em nível superior e, sua relação com a sociedade.

O PPI é processual e traduz o pensar reflexivo sobre a práxis, por meio de relações que se estabeleçam no ambiente democrático, onde todos possam ser ouvidos, percebidos e considerados na construção de um padrão de qualidade de ensino desejado e se mostra como um instrumento de ação política e de identidade institucional, expressando o pensamento acadêmico, pedagógico, político e institucional que sustenta a visão de futuro da faculdade, considerando sua função social articulada em termos de ensino, pesquisa e extensão.
O PPI enfatiza, em sua proposta a formação humanista de seus alunos, bem como a potencialização da relação docente-discente pautada nos postulados da educação cidadã e ética.

O Projeto Pedagógico Institucional revela a filosofia organizacional e educacional, bem como as diretrizes e estratégias de seu desenvolvimento e atuação a curto, médio e longo prazos, constituindo-se em instrumento balizador da gestão, expressando a prática pedagógica de seu curso atual e de outros que sejam incorporados à instituição, norteando as suas atividades educacionais, atendendo à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei No 9.394/96) para se integrar ao atual cenário de mudanças e estabelecer princípios norteadores para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como para a sua articulação.

Princípios Filosóficos e Técnico-Metodológicos de Orientação a Ação Educativa da IES:

4.1. Perfil do Egresso

O perfil dos egressos do curso de graduação da IES é definido a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais em consonância com as políticas institucionais, com o compromisso de articular o ensino, a iniciação científica e a extensão, tendo como concepção de formação profissional uma sólida formação teórica, o trabalho coletivo interdisciplinar, a unidade entre teoria/prática, o compromisso social e ético do profissional, na superação das injustiças sociais, da exclusão e da discriminação social, na busca de uma sociedade mais humana e solidária. No novo cenário do mundo contemporâneo, tornar-se necessário a articulação da formação, com a competência científica e técnica, com a inserção política e com postura ética.

O grande desafio que se coloca à IES é o de instrumentalizar seus alunos de forma a torná-los cidadãos competentes e éticos, aptos a responder criticamente às exigências da vida e às demandas da sociedade. Os egressos deverão estar comprometidos com a busca constante de um auto aperfeiçoamento profissional e pessoal (educação continuada), com vistas ao desenvolvimento e à melhoria da qualidade de vida da população da sua região de inserção bem como do País.

No sentido amplo, os princípios filosóficos e teórico/metodológicos devem primar para que o acadêmico, no exercício futuro de sua profissão, na modalidade presencial e a distância seja capaz de:

a) Exercitar habilidades que lhe proporcionem a visão globalizada dos aspectos sociais, culturais e administrativos relacionados às diferentes áreas de formação e possa atuar sobre elas com competência técnico-educacional-administrativa;
b) Exercer sua profissão, inserido no contexto social, bem como acompanhar a evolução do conhecimento em sua área, para responder aos desafios da inovação;
c) Comprometer-se com o desenvolvimento regional e com as questões ligadas, por exemplo, à sustentabilidade ambiental, aos direitos humanos, à diversidade e ao respeito a cultura afro/brasileira e indígena;
d) Identificar e exercer sua profissão de acordo com as demandas locais, regionais e nacionais, bem como trabalhar em equipe interdisciplinar e multiprofissional;
e) Utilizar a informação como um instrumento de gestão para usuários internos e externos, como cidadão comprometido com a educação, da administração, da gerência de processos e da informática, colocando a técnica a serviço de seus usuários;
f) Preparar-se para um mercado que exige capacidade para sobressair de situações adversas oriundas de mudanças de cenários mercadológicos e mudanças de legislações no âmbito local, regional e internacional; com criatividade para entender possibilidades alternativas para orientar seus clientes, sempre pautado pela capacidade de reflexão sobre o espaço social e de ação;
g) Apresentar um perfil resiliente, assertivo e empreendedor, criando soluções e valorizando o mercado de trabalho formal, além de contribuir para o aumento dos postos de trabalho.

4.2 Metodologias de Ensino

As estratégias pedagógicas desenvolvidas contemplam a priorização de metodologias ativas de ensino-aprendizagem, projetos interdisciplinares de Extensão e utilização de recursos tecnológicos, com:

I. Estímulo à interação social e à comunicação, promovendo atividades que envolvam cooperação e troca de ideias;
II. A interdisciplinaridade através de projetos interdisciplinares, entendida como esforço que busca a visão global, a proposição de situações-problema, que estimulem a reflexão e levem os estudantes a analisar, criticar, sintetizar, julgar;
III. O desenvolvimento da capacidade de aprender a aprender, que engloba o aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer;
IV. O procedimento de autoavaliação com os estudantes de avaliação constante do processo ensino-aprendizagem com auxílio da Comissão Própria de Avaliação - CPA;
V. O desenvolvimento de mecanismos de articulação e de integração entre os diferentes cursos e dos cursos com as redes estabelecidas nas políticas públicas e privadas, através de programas de extensão;
VI. A atualização do processo de avaliação interna e externa como processo mediador de transformações que visem à melhoria da qualidade, através de capacitações permanentes.

4.3 Políticas para o Ensino de Graduação

A Faculdade Iguaçu, com base em seus objetivos regimentais, apoiadas na inserção regional, na necessidade social dos seus cursos, traçam suas políticas de ensino, com vistas a oferecer produtos e serviços de qualidade e com responsabilidade social, articulados ao desenvolvimento das atividades de extensão e de iniciação científica.

Os princípios pedagógicos para a graduação que embasam o ensino da Faculdade têm como diretriz norteadora uma proposta pedagógica que implica uma concepção crítica das relações existentes entre educação, sociedade e trabalho. Assim, além de uma sólida formação geral e

profissional, uma integração do ensino no contexto real da vida da comunidade e uma prática educativa transformadora e participativa.

Destaca-se abaixo, políticas a serem adotadas para viabilizar os objetivos e o atendimento dos princípios filosóficos da Instituição:

I. Currículos integrados e flexíveis, acompanhando as inovações de cada área de conhecimento, as mudanças da sociedade e as necessidades comunitárias locais;
II. A trans, a multi e a interdisciplinaridade entendidas como um esforço que busca uma visão global e sistêmica, como superação do pensamento simplificado e fragmentado da realidade, beneficiado por uma ótica pluralista das concepções de ensino, do saber e da prática;
III. A prática docente centrada na construção do conhecimento e na aprendizagem crítica e ativa dos conteúdos, significativos e atualizados;
IV. Desenvolvimento da capacidade de aprender a aprender, que engloba aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer, conforme caracterização das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação;
V. Ambiente Virtual de Aprendizagem/AVA – inovador que dispõe de ferramentas interativas que auxiliam na estruturação da informação, como por exemplo: repositório para arquivos, ambiente para discussões assíncronas e síncronas, entre outras;
VI. Programa de Nivelamento realizado com base em um plano de ação, destinado aos alunos matriculados no primeiro ano do curso, visando possibilitar ao acadêmico recém-chegado à Instituição um contato com novas estratégias de atendimento e formato das atividades pedagógicas desenvolvidas para a superação de dificuldades de aprendizagem;
VII. Inclusão de temas transversais nos currículos dos cursos que contribuem para a construção de identidades sociais, culturais, ambientais;
VIII. Desenvolvimento de projetos de intervenção social, realizados através de projetos interdisciplinares e outros componentes curriculares, conforme a especificidade do PPC de cada Curso.

Todas as ações da Faculdade serão permeadas pelo compromisso com a qualidade e com a inovação pedagógica constante. O objetivo destas ações inovadoras será sempre promover o desenvolvimento de tecnologias úteis para a comunidade acadêmica e sociedade civil, acessíveis no que se refere à possibilidade de assimilação em todos os sentidos e que gerem produtos eficazes para o desenvolvimento social, econômico e educacional da região.

As políticas de ensino da Faculdade têm as seguintes ações/práticas acadêmicas:

I. O Plano de aprendizagem dos componentes curriculares com os conteúdos conceituais das unidades de ensino é disponibilizado no início do semestre letivo, para que os alunos planejem sua vida acadêmica, antecipando seus estudos.
II. O docente e o docente/tutor deverá associar, em seu planejamento estratégias de ensino e aprendizagem que buscam favorecer a autoaprendizagem dos alunos.
III. As atividades práticas previstas na organização curricular são desenvolvidas mediante roteiro com objetivos definidos e apoiadas nos conteúdos conceituais trabalhados.
IV. As Atividades Complementares previstas na matriz dos cursos são desenvolvidas mediante regulamento,referendado pelo NDE e aprovado pelo Colegiado de Curso.
V. O desenvolvimento do espírito crítico e reflexivo previsto nos objetivos gerais e no perfil do egresso, são trabalhados nos estudos de caso, nas Atividades Complementares e nos projetos de Extensão dentre outros de acordo com as epecificidades de cada componente curricular.
VI. As Atividades Complementares são sempre incentivadas e, em parte, organizadas pela Instituição, inclusive, com o uso de tecnologias educacionais, de modo a ampliar a formação do aluno.
VII. O processo de avaliação da aprendizagem é realizado em consonância com o Regimento da Instituição, sendo, portanto, composto de atividades e exercícios avaliativos, com o auxílio de instrumentos metodológicos variados.
VIII. Promoção de ações de capacitação em relação ao uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem e à formação pedagógica bem como estudos da equipe multidisciplinar para a definição dos materiais utilizados para os cursos na modalidade a distância.

IX. Não obstante, a fim de cumprir com sua responsabilidade social e seguir os dispositivos legais, a IES atende os alunos deficientes e/ou com necessidades educacionais especiais, com vistas a garantir-lhes o acesso e permanência na Instituição, através da implantação de um Plano de Acessibilidade constando diversas ações de promoção da inclusão em todas as suas modalidades.

4.4 Práticas Pedagógicas Inovadoras

As práticas pedagógicas se caracterizam como situações vivenciadas entre os atores: docentes; docente/tutor; discentes; IES; mundo produtivo e sociedade, a fim de atingir a apropriação e a transferência dos saberes nas suas relações, buscando o desenvolvimento de uma sociedade aprendente.

Elas devem estimular a construção do conhecimento por meio da utilização da interdisciplinaridade no desenvolvimento de Projetos. Em decorrência das implicações deste aspecto, a instituição deve incitar o potencial do seu corpo docente tutorial e coordenadores nessa reformulação periódica, visto que esses possuem conhecimento e experiência profissional da área, antes do início dos períodos letivos, visando integração entre os docentes e articulando a interdisciplinaridade nas unidades curricular propostas e, durante o Curso, para dar continuidade ao processo de integração.

Isto implica uma prática permanente de avaliação para uma melhor articulação do processo ensino - aprendizagem. Isto posto, às orientações pedagógicas deste Projeto Pedagógico Institucional, para a obtenção da efetiva qualidade do processo de ensino-aprendizagem no âmbito das salas de aulas presenciais ou virtuais, se caracterizam pelo que se segue:

- Aulas dialógicas, em articulação - sempre que possível - com ações práticas tais como: resolução de problemas, atividades em laboratório, atividades acadêmicas complementares, atividades de pesquisa bibliográfica, visitas técnicas, etc.
- Ações de ensino-aprendizagem no laboratório de informática, de materiais e instrumentos usados nas práticas de ensino de pedagogia e administração e sistemas de informação, sala de materiais pedagógicos, que sejam imprescindíveis ao processo

de experimentação e de relacionamento entre a teoria e a prática, assim, como estudos de caso, resolução de problemas, desenvolvimento de Projetos, etc.

- Resolução de problemas reais via proposição de cases, visando o relacionamento teoria e prática e assim permitindo que o acadêmico compreenda e busque soluções fundamentais de forma criativa e inovadora;
- Desenvolvimento de Projetos que concorram para a aproximação do acadêmico com a realidade situacional, o que contribui para a promoção da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade;
- Organização e desenvolvimento de ações integradoras ao longo de um período letivo, a serem executadas articulando teoria e prática, motivação, contextualização. Estas ações pedagógicas permitem avaliar o aluno sob circunstâncias próximas às de um ambiente real. Todas as etapas desenvolvidas serão definidas e apresentadas com a participação de todos os docentes envolvidos;
- Exercícios de ações facilitadoras e reguladoras do processo ensino-aprendizagem caracterizadas pelo diálogo mediante a suscitação da participação discente, visto que o docente ou docente/tutor não é o único repositório do saber. Isto implica que os acadêmicos, como protagonistas do processo possam se envolver em atividades caracterizadas pela metodologia ativa e, inclusive, serem envolvidos e orientados, inclusive, via atividades de forma síncrona e assíncronas.
- Visitas técnicas para oportunizar a contextualização de conceitos e conhecimentos adquiridos durante a efetivação dos currículos dos cursos ofertados, possibilitando a observação e identificação de processos de empresas e laboratório ligados à área do curso;
- A avaliação do aproveitamento dos alunos realizada mediante demonstração da compreensão dos processos observados, através de relatórios escritos, exposições individuais ou em grupo, workshops, análise de cases e painel de debates entre alunos, etc.
- Realização de Workshops presenciais e virtuais, com a participação de alunos, docentes/tutores e docentes dos cursos abertos à comunidade. Neste aspecto, a participação dos alunos deverá ser estimulada e avaliada no âmbito das unidades curriculares envolvidas.

- Realização de atividades complementares tais como, seminários, oficinas, painel integrado, conferências, jornada acadêmica, etc.

Destaca-se que o avanço tecnológico que ocorre no espaço educacional permite não só o emprego da tecnologia computacional bem como o uso das redes de comunicação e de recursos multimídia que geram novas formas de atuação e interação entre as pessoas.

O processo pedagógico na modalidade a distância, torna-se mais colaborativo e utiliza como recursos de comunicação o e-mail, os fóruns, listas de discussão e os chats. No ambiente que se cria, exige-se que os alunos se tornem mais ativos, independentes, autônomos e responsáveis pelo processo de aprendizagem.

A IES se propõe a implantar uma cultura avançada e atual, baseada no uso de novas tecnologias em todo o ambiente acadêmico de modo a oferecer um ensino inovador, dinâmico e interdisciplinar para:

I. Possibilitar aos alunos o estabelecimento de relações que desenvolvam uma percepção integrada do conhecimento;
II. Proporcionar aos alunos uma integração imediata no campo de sua prática profissional;
III. Conferir autonomia e maturidade científica aos alunos em seus trabalhos acadêmicos.

4.5 Políticas para Incentivo à Iniciação Científica, Inovação Tecnológica e Desenvolvimento Artístico e Cultural

A iniciação científica é parte integrante das atividades previstas na Faculdade e será realizada através da coordenação de cada curso, nas suas áreas específicas de atuação.

Revela-se como um princípio educativo, formativo e científico, que é fomentado centrando-se na produção do conhecimento e na sua aplicação, de modo a estreitar a relação da Instituição com a sociedade. Dentro da concepção de educação da IES, a iniciação científica assume um papel fundamental, na medida em que é um meio eficaz de promover o espírito

investigativo do aluno, incentivando o questionamento, a busca de informações fora da sala de aula, o desenvolvimento da visão sistêmica e, consequentemente, da sua progressiva autonomia intelectual.

São objetivos das Políticas para Incentivo à Iniciação Científica, Inovação Tecnológica e desenvolvimento artístico e cultural, na IES:

Objetivo Geral

Promover ações de incentivo a difusão das produções acadêmicas, sejam elas científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas ou culturais.

Objetivos Específicos

- Estimular o desenvolvimento do raciocínio científico, da criatividade e das capacidades analítica, crítica e de síntese através do incentivo à redação de trabalhos, de resumos e de artigos científicos.
- Promover a extensão mediante a participação em atividades de pesquisa que despertam o raciocínio crítico e a proporcionam a vivência interdisciplinar;
- Preparar alunos para especialização e pós-graduação mediante a leitura e discussão de artigos científicos e o aprendizado dos aspectos metodológicos científicos;
- Incentivar o aluno a comunicar o conhecimento científico produzido fomentando a participação em congressos e a publicação de artigos em revistas científicas.

Com a finalidade de fomentar a produção científica discente, serão incentivados programas de iniciação científica de modo a:

I. Absorver um maior número de acadêmicos, e aumentar o reconhecimento interno e externo aos trabalhos realizados.
II. Vincular preferencialmente projetos de pesquisa e extensão às disciplinas;
III. Promover interação entre graduação e pós-graduação;
IV. Incentivar projetos de aperfeiçoamento do ensino, propondo experiências metodológicas e bibliográficas renovadas;

V. Incentivar, atividades sistemáticas de extensão atentas a demandas da comunidade, dedicadas ao benefício coletivo;

VI. Contemplar, na política institucional de extensão, e em suas articulações, eixos temáticos que se refiram a problemas sociais, econômicos e culturais, incluindo: Preservação e sustentabilidade do meio ambiente; promoção à saúde e à qualidade de vida; Educação básica; desenvolvimento da cultura; transferência de tecnologias apropriadas; Atenção integral a criança, adolescente e idoso; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas; desenvolvimento nacional sustentável; direitos humanos e cidadania.

Os programas de Iniciação Científica deverão ter como objetivos básicos:

I. Criar grupos de trabalho com alunos de iniciação científica para auxílio aos docentes e docentes/tutores;

II. Despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes, mediante participação em iniciação científica, orientados por docente pesquisador qualificado;

III. Estimular o surgimento de grupos de iniciação científica;

IV. Proporcionar condições para a integração dos trabalhos de iniciação científica desenvolvidos pelos docentes e docentes/tutor da instituição;

V. Criar um ambiente de produção intelectual que estimule o aperfeiçoamento dos cursos oferecidos, proporcione uma melhor formação para os alunos e estabeleça novos vínculos com outras instituições de ensino e/ou empresas.

4.5.1 Ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica do docente e docente/tutor

O PDI da Instituição tem as seguintes ações previstas de estímulo e difusão para a produção acadêmica para o corpo docente:

- Apoio do setor de Marketing para divulgação de trabalhos e publicações;
- Incentivo logistico e financeiro à participação dos docentes e docentes/tutores em eventos técnico-científicos local, nacional e internacional;
- Critérios para progressão na carreira docente que contemplem titulação e produtividade;

- Incentivo a Iniciação Científica, com o objetivo fomentar as publicações científicas e disseminar o saber produzido na Instituição;
- Apoio à publicação de artigos científicos envolvendo pesquisas básicas, aplicadas e inovações.

4.5.2 Ações de estimulo para a produção discente e a participação em eventos

A participação dos estudantes nas atividades acadêmicas de ensino, iniciação científica e extensão terão o apoio e o incentivo da Instituição no que se refere a sua participação no desenvolvimento de projetos de iniciação científica e de responsabilidade social e outras que se formularem como significativas para sua formação.

A Faculdade reserva para a política de apoio ao corpo discente as seguintes diretrizes:

- Acompanhamento do corpo discente, proporcionando oportunidade de engajamento e aprofundamento em determinada área das artes e o desenvolvimento de atitudes e habilidades favoráveis à sua formação artística e profissional;
- Estabelecimento de programas de incentivos cultural, desportivo, recreativo e social aos seus alunos de forma institucionalizada.
- Estabelecimento de parcerias, convênios com entidades públicas e privadas para obtenção de estágios e bolsas de estudo, com vistas ao treinamento e à melhor formação de seus alunos.
- Estabelecimento da representação estudantil nos órgãos colegiados, assegurando o direito a voz e voto, conforme o disposto no Regimento.
- Apoio a participação dos discentes em eventos científicos e culturais internos e externos.

Congresso de Iniciação Científica / Seminários

A Faculdade estimulará a participação dos discentes eventos científicos, cujo objetivo é despertar o espírito crítico, criativo e científico. A Faculdade valorizará a realização de seminários e congressos no seu sentido amplo por meio da proposta de encontros exclusivos desta modalidade pedagógica. Em seu sentido estrito, os seminários e congressos, vistos como

possibilidades de ensino-aprendizagem, serão realizados de forma presencial ou virtual, nos quais se discutirão e se debaterão um ou mais temas apresentados por um ou vários convidados e alunos, sob a direção do coordenador de curso e ou docente responsável pela disciplina.

Desta forma, haverá para o aluno a oportunidade de desenvolver a investigação, a crítica, a independência intelectual, o trabalho cooperativo e de fazer propostas alternativas para resolver questões levantadas.

Semana Acadêmica

Também com a participação de toda a Faculdade, a Semana Acadêmica é o evento que trabalhará o âmbito profissional em função dos conceitos e das aprendizagens essenciais, conciliando a teoria e a prática por meio de apresentação de pesquisa por profissionais da área ou alunos orientados. Tal evento, que será institucional, terá como público alvo especial os acadêmicos do curso, futuros profissionais, compreendendo, entre outros:

- Palestras, workshops, cursos e minicursos
- Feira de Ciências, produtos e serviços
- Painéis e espaços culturais
- Apresentação de trabalhos acadêmicos
- Mesas redondas

4.6 Políticas para Formação Continuada (Pós-Graduação)

A política de pós-graduação incorpora o princípio de que a educação é fator estratégico no processo de desenvolvimento da sociedade e uma referência institucional indispensável à formação de recursos humanos altamente qualificados e ao fortalecimento do potencial científico tecnológico.

A pós-graduação surge nesse cenário, como a ferramenta capaz de prover o diferencial necessário ao profissional, não apenas para seu ingresso no mercado de trabalho, mas também para sua permanência e crescimento. Dentro dessa perspectiva, em linhas gerais, o desenvolvimento de um programa no campo da pós-graduação, observado os padrões de

qualidade exigidos pelos órgãos oficiais e em sintonia com as novas exigências de inserção da sociedade contemporânea, norteia-se por dois grandes eixos de atuação:

I. Gerar conhecimentos novos que possam ser aplicados à ciência, à sociedade em geral e na melhoria do ensino de graduação por meio:

a) Do desenvolvimento de novas metodologias de ensino-aprendizagem e da ampla articulação didático-científica, com retorno para o aperfeiçoamento e atualização das matrizes curriculares dos cursos de graduação;

b) Do desenvolvimento de pesquisas aplicadas ampliando o domínio das áreas de conhecimento a que estão afetas, e adaptando-as à inovação tecnológica e ao surgimento de novas abordagens teóricas;

c) Da integração dos alunos de graduação em programas de iniciação à investigação científica, buscando despertar vocações e incentivar, entre os estudantes de graduação, talentos potenciais para a produção científica e para o ensino.

II. Promover a integração da IES com a comunidade local, numa articulação entre o tecido produtivo e o tecido social, de modo competitivo, mas também, cooperativo, por meio:

a) Da formação de profissionais qualificados para a docência, investigação e atuação no mercado de trabalho, fomentando cursos de pós-graduação;

b) Da promoção e desenvolvimento de parcerias, intercâmbios e outras formas de associação com outras instituições acadêmicas, setor empresarial, setor público e terceiro setor;

c) Da busca de alternativas para programas de iniciação científica e pós-graduação, identificando áreas de interesse e vocação institucional;

d) Da criação de programas de extensão que possibilitem a inserção dos alunos em projetos sociais que estimulem a responsabilidade da participação cidadã.

A qualidade da pós-graduação é assegurada pela observância às seguintes diretrizes gerais, aplicáveis aos cursos oferecidos:

I. Assegurar condições de infraestrutura física, de equipamentos, laboratório, biblioteca especializada e de serviços informacionais que garantam desenvolvimento sistemático, harmônico e permanente dos cursos e programas de pós-graduação;

II. Estabelecer regime de trabalho compatível e condições de trabalho adequadas aos docentes envolvidos nos cursos e programas;
III. Estabelecer parcerias com a comunidade acadêmica nacional e internacional;
IV. Estabelecer a conexão entre a pós-graduação, os cursos de graduação, e as atividades de iniciação científica e de extensão;
V. Criar mecanismos e instrumentos de avaliação dos cursos e programas de pós-graduação, como parte da avaliação institucional, que permitam acompanhar e aferir a sua produtividade, efetividade e adequação.

Compete ao Conselho de Administração Superior deliberar sobre a criação, organização, modificação, suspensão ou extinção de cursos de pós-graduação, suas vagas, planos curriculares e questões sobre sua aplicabilidade, na forma da lei.

Dentro desta perspectiva, entende-se que as atividades de pós-graduação, iniciação científica e extensão não podem estar dissociadas, devendo caminhar juntas e integradas num sistema de interação e complementaridade constante e sistemática. Por outro lado, as atividades de pós-graduação devem ser realizadas em estreita relação com a graduação, visando a melhoria e a renovação desse nível. Esta integração graduação/pós-graduação deve ocasionar na melhoria da qualificação dos docentes e na melhoria da atuação deles na graduação, através de uma ampla articulação didático-científica.

4.7. Políticas para a Extensão

A extensão constituirá uma dimensão e função integrante do ser e do fazer da Faculdade. Estará associada e integrada ao ensino e à pesquisa, de forma indissociável, concretizando e mediatizando políticas e diretrizes de integração. Será gerada em programas e projetos definidos pelas Coordenações dos cursos e aprovadas pelo Conselho de Administração Superior.

Ações e atividades de extensão, na Faculdade, serão articuladas com os programas e currículos dos cursos ofertados. Serão diretrizes básicas nos programas de extensão:

I. A integração da Faculdade na sociedade e a consolidação de suas ações na região, mediante a ampliação da cooperação e de intercâmbios técnico-científico e culturais com organismos governamentais e não-governamentais nacionais;
II. A contemplação, na política institucional de extensão e em suas articulações com o ensino e a iniciação científica, os eixos temáticos que se refiram a problemas sociais, econômicos e culturais, bem como a superação destes.
III. A integração da extensão com o ensino e a iniciação científica deve permitir que as ações geradas fluam dessa relação e integrem, em plenitude, as ações da Instituição;
IV. As atividades de extensão, especialmente as de natureza desportiva, artística e cultural,

devem visar à valorização e ao estímulo da criação e difusão da arte e da cultura.

Para que a Instituição e a sociedade se articulem em busca do desenvolvimento da região, é fundamental que as atividades de extensão sejam divulgadas sob a forma de cronograma de ações, de sorte que, internamente, delas participem os discentes, docentes, docentes/tutores e colaboradores e, externamente, o meio em que a Instituição está inserida.

As ações e atividades de extensão da Faculdade serão direcionadas para as necessidades atuais da sociedade, quanto à formação e atuação profissional, produção e divulgação de conhecimentos. Essas necessidades devem ser sentidas e assinaladas pela própria comunidade acadêmica, razão pela qual é importante que haja um olhar reflexivo para as realidades sociais (potencialidades, necessidades e demandas da comunidade). É este olhar da comunidade, atenta à dinâmica cultural e política da sociedade na qual se encontra que subsidiará as diretrizes de uma política de extensão.

Exatamente por isso, o saber científico deve estar próximo do saber popular – e, não um se sobrepor ao outro –, a fim de que haja um diálogo em que ambos os conhecimentos sejam reconhecidos em sua importância.

Os canais interativos entre a faculdade e a sociedade e que articulam o ensino, a iniciação científica e a extensão, tem como principais objetivos:

- Proporcionar maior acesso ao conhecimento que a Instituição produz.
- Possibilitar a oportunidade de estudos e práticas reais de aprendizagem aos acadêmicos.
- Ensejar oportunidades para serem detectadas lacunas no conhecimento ou no seu uso, significativas para gerar novos problemas de pesquisa.
- Estabelecer a troca sistemática de saberes acadêmicos e populares.
- Democratizar o conhecimento produzido na faculdade.

Salienta-se que as práticas de extensão da Faculdade Iguaçu serão divulgadas no portal da instituição, nas redes sociais e através de materiais impressos. Os projetos ou ações extensionistas serão formulados para atender as necessidades do alunado ou da comunidade.

Além disso, docentes, docentes/tutores e discentes poderão sugerir tais projetos nas áreas de seus cursos ou em outras temáticas de seu interesse e estes projetos serão ofertados transversalmente a todos os cursos e para a comunidade.

A extensão é pautada na:

I. Interdisciplinaridade, como meio de interação entre as áreas do conhecimento, necessária tanto na reflexão como na ação extensionista, pelo seu envolvimento com a complexidade da realidade;
II. Indissociabilidade entre ensino, iniciação científica e extensão, que ao efetivar um fazer acadêmico articulado propicia mudanças no processo pedagógico, na produção e democratização do conhecimento;
III. Relação dialógica entre a faculdade e a sociedade, na medida em que ocorre a troca entre os saberes acadêmico e popular, principalmente por meio do Projeto Interdisciplinar de Extensão;
IV. Transformação da sociedade, no sentido que a ação extensionista promova impactos sociais com a melhoria da qualidade de vida da população, de forma sustentável e sem dependência.

São eixos da política de extensão:

a) Valorização acadêmica da extensão, com a busca de mecanismos para o reconhecimento da extensão como componente curricular essencial na formação do futuro profissional cidadão;
b) Curricularização da extensão, como processo contínuo de afirmação, como vetor nas matrizes da Faculdade e reconhecida nos processos de registro e avaliação acadêmico-administrativos;
c) Cidadania e Direitos Humanos, que irá se constituir em um marco no caminhar da extensão, como orientação para ação junto aos segmentos explorados e oprimidos, desrespeitados em seus direitos;
d) Produção e difusão cultural, pela importância como elemento fundamental na união e fortalecimento da identidade local e de grupos sociais, no seu sentido antropológico e contemplando as mais diversas formas de manifestações e linguagens;
e) Políticas Públicas e Ação comunitária, como orientação para o acompanhamento e contribuição na implementação de políticas públicas de interesse social, nas mais diversas áreas (comunicação, gestão, cultura, direito e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia, trabalho, etc.) e apoio aos processos organizativos e comunitários.

4.8 Organização Didático-Pedagógica

Para colaborar para a melhoria da qualidade de vida da população, formando profissionais e qualificando trabalhadores para o exercício da cidadania e difundindo conhecimento, conforme demandas do mundo do trabalho a IES determina que o perfil do egresso contemple uma formação generalista, humanista e com um conjunto de conhecimentos que possa auxiliar o egresso na atuação profissional, ao mesmo interagirem com a realidade e capacitando-o para a intervenção nas situações problemas de forma ética e política. Para tanto, a organização didático-pedagógica contempla:

4.8.1. Plano para Atendimento às Diretrizes Pedagógicas

O plano para atendimento às diretrizes pedagógicas determina:

Flexibilidade dos Componentes Curriculares

As políticas que norteiam a elaboração da estrutura curricular dos cursos devem conter uma proposta de carga horária mínima em horas que permita a flexibilização do tempo de duração do curso de acordo com a disponibilidade e esforço do acadêmico. Deve, também, permitir que o acadêmico aprofunde seus conhecimentos em áreas de sua preferência, através de optativas, de programas de extensão e iniciação científica.

Oportunidades Diferenciadas de Integralização do Curso

São oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos:

a) Projetos Interdisciplinares de Extensão;
b) Aproveitamento de Estudos;
c) Extraordinário Aproveitamento;
d) Atividades Complementares;
e) Incorporação de Avanços Tecnológicos.

Atividades Práticas e Estágio Supervisionado

Para os cursos que optarem em oferecer estágio, o mesmo deverá obedecer às seguintes diretrizes:

Realização – A realização do estágio deve propiciar a aprendizagem através da prática, e deve ser desenvolvido em qualquer hipótese, em uma instituição capaz de possibilitar a vivência da rotina profissional, com supervisão profissional permanente na teoria e a prática.

Carga horária – deve estar de acordo com a DCN específica de cada curso.

Local dos estágios – deve ser realizado sob diferentes formas e em variados campos e cenários, respeitando-se as especificidades de cada curso e as recomendações das DCNs.

Supervisão – a realização exige o acompanhamento profissional de um supervisor de Estágio na unidade concedente do estágio, com formação ou experiência profissional na área de estudos.

Orientação do estágio – O estágio deverá ser orientado por docente ou docente/tutor cuja atribuição é orientar o acadêmico durante o período do estágio. Outras práticas devem obedecer às determinações do Projeto Pedagógico de cada curso.

4.8.2. Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e da Igualdade Étnico- Racial

Educação em Direitos Humanos

A proposta pedagógica de um curso de bacharelado e licenciatura supõe a concepção de homem e visão de mundo que, de certa forma, determinam sua estruturação, impondo-se com decorrência e aprofundamento constante sobre a natureza e os objetivos específicos do próprio curso. Assim sendo, os cursos da Faculdade Iguaçu, em qualquer modalidade, devem ser compreendidos como parte de um contexto social global, inserido na "sociedade para todos" e preocupado com a problemática que analisa os *condicionamentos sociais*, as *relações educacionais* e por extensão, a *formação profissional dos seus acadêmicos*.

As disciplinas dos cursos devem tratam diretamente da Educação em Direitos Humanos de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012).

Há de se reconhecer, pois, que os Direitos Humanos, internacionalmente reconhecidos como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, referem-se à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana. Portanto, há uma implicação sistemática da adoção dessas diretrizes estabelecidas nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos da faculdade.

Assim sendo, a formação dos profissionais dos cursos de Administração, Sistemas de Informação, Processos Gerenciais e Pedagogia se darão como *sujeitos* capazes de atuar na

área respectiva de forma a planejar e gerenciar processos decisórios com *responsabilidade social*, para o que se requer a formação de um o profissional vinculado ao contexto histórico e socioeconômico, comprometido com a sociedade contemporânea, visando aplicar seus conhecimentos teórico-práticos voltados para os avanços, quer cientifico e/ou econômico, tão necessários ao país.

Isto demanda a necessidade de desenvolver conteúdos curriculares que contribuam de forma mais direta para a análise e aplicação objetiva da identidade da educação embasada em Direitos Humanos nas seguintes dimensões:

a) Apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
b) Afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
c) Formação de uma consciência cidadã capaz de ser fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;
d) Desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagem e materiais didáticos contextualizados, e
e) Fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.

Considerando-se, portanto, os aspectos enumerados, subentende-se que a FI, reveste-se de elevada significação para o concurso do aumento do potencial sócio-econômico-cultural do município e da região, probabilizando com suas ações, o processo de desenvolvimento do Estado do Paraná e das tão acalentadas aspirações das comunidades do entorno de Capanema-Pr. Isto sem dúvida concorrerá para o desenvolvimento sustentável das comunidades da região sudoeste do Paraná, justificando as intenções da mantenedora e da Faculdade Iguaçu, quando de sua intenção em manter uma IES no município mencionado.

Educação das Relações Étnico/raciais e Ensino de História e Cultura Afro/Brasileira e Africana

Considerando o disposto na **Resolução nº 01 de 17 de junho de 2004 e Leis 10.639-2003 e 11.645/2008** que instituem respectivas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico/raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro/Brasileira e Africana, estabeleceram novas diretrizes e bases à educação nacional, tornando obrigatória a temática História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nas disciplinas da faculdade, com os objetivos de:

a) Proporcionar condições concretas de participação de docentes, docentes/tutores, discentes, pesquisadores e servidores de todos os setores acadêmicos da Faculdade, tendo em vista o desenvolvimento de um diálogo contínuo e participativo dos diversos segmentos dos movimentos afro/brasileiros e indígenas da região geográfica em que se encontra inserida a IES, envolvendo as forças representativas dos mesmos, via conselho deliberativo próprio;
b) Promover encontros de reflexão e capacitação de servidores em educação, para o conhecimento e a valorização da história dos povos africanos, da cultura afro-brasileira, da cultura indígena e da diversidade na construção histórica e cultural do país;
c) Fomentar a realização de atividades de extensão como seminários, conferências, painéis, simpósios, encontros, palestras, oficinas, cursos e exposições de trabalhos e atividades artístico-culturais;
d) Propor e concretizar ações que levem a conhecer o perfil da comunidade interna e externa da Faculdade nos aspectos étnico/raciais;
e) Implementar as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena pautada em ações que direcionam para uma educação pluricultural e pluriétnica, para a construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente de negros, afro/descendentes e indígenas;
f) Estimular o intercâmbio em pesquisas e socializar seus resultados em publicações com as comunidades interna e externas à IES, tais como escolas, comunidades

negras rurais, quilombolas, comunidades indígenas e outras instituições públicas e privadas;

g) Incentivar e criar possibilidades de desenvolver conteúdos curriculares e pesquisas com abordagens multi e interdisciplinares, de forma contínua;
h) Proporcionar condição à criação de grupos de convivência da cultura afro-brasileira e indígena, em especial com os alunos da FI.

4.9 Atividades Complementares

As Atividades Complementares são componentes curriculares, obrigatórias, com comprovação por todos os acadêmicos regularmente matriculados no curso, podendo ser desenvolvidas em:

I. Atividades de ensino;
II. Atividades de iniciação científica;
III. Atividades de extensão e cultura.

As Atividades Complementares não podem ser cumpridas com um só tipo de atividade. O número máximo de horas que podem ser alocadas a cada tipo de atividades deve estar de acordo com o Regulamento das Atividades Complementares, conforme as Diretrizes Curriculares de cada curso.

Não são consideradas Atividades Complementares as atividades desenvolvidas antes do ingresso no curso ou ocorridas durante períodos de tratamento especial ou trancamento do curso; as atividades profissionais desenvolvidas pelos acadêmicos; as disciplinas eletivas, por integrarem a matriz curricular do curso; o estágio curricular obrigatório por integrar a grade curricular do curso.

4.10 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

Por se constituir em um trabalho teórico-prático, que se utiliza de procedimentos técnicos que permitem a aproximação à realidade que se pretende investigar, o TCC tem como objetivos específicos:

I. Buscar a cientificidade, através do rigor teórico-metodológico, das questões apresentadas pelo discente para estudo;
II. Realizar a abordagem científica de temas concretos concernentes à prática profissional, dentro da atual dinâmica da realidade nacional, regional ou local.
III. O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC será o resultado do esforço do discente para articular os conhecimentos teóricos assimilados durante o curso e sua concepção estará ligada ao aprofundamento e pesquisa sobre o tema escolhido, a comparação com a literatura vigente, a emissão de conclusões e apontamentos que direcionem a novas indagações e caminhos, com vistas à continuidade dos estudos realizados e contribuição à comunidade científica.

O TCC será adotado pelo curso que conforme Diretrizes Curriculares Nacionais for obrigatório. Os cursos em que não houver obrigatoriedade determinada pelas DCNs poderão adotar o TCC, caso haja referendo do NDE.

4.11 Formas de Acesso

O ingresso do aluno na IES pode ser pelos seguintes processos seletivos:

- **Vestibular programado** – processo seletivo com dia determinado pela instituição para aplicação do exame.
- **Vestibular Agendado** – processo seletivo com data agendada pelo candidato.
- **Transferência e Obtenção de Novo Título** – processo seletivo através de análise de compatibilidade curricular.

O Processo Seletivo tem por objetivo classificar os candidatos, no limite das vagas fixadas para o curso a que concorrem e levará em conta os critérios de avaliação comuns ao ensino médio sem ultrapassar este nível de complexidade.

São critérios do processo seletivo:

I. A seleção para provimento de vagas nos cursos de graduação compreenderá exame de conhecimentos, mediante aplicação de provas de redação, ou Língua Portuguesa Redação, ou prova de conhecimentos gerais e redação e/ou entrevista;

II. Os candidatos serão selecionados por curso / turno, segundo o seu desempenho no processo seletivo e de acordo com o número de vagas;
III. Poderão inscrever-se no processo seletivo os candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente;
IV. O candidato classificado no ENEM poderá utilizar sua nota para fins de classificação no Processo Seletivo;
V. A nota obtida no ENEM poderá ser aproveitada, proporcionalmente, desde que comprovada e autorizada pelo candidato no ato da inscrição;
VI. Se a nota da prova de múltipla escolha do ENEM for superior à nota da prova de redação do processo seletivo, prevalecerá a nota do ENEM;
VII. A seleção dos candidatos será feita com base nas normas vigentes de avaliação, de classificação e de seleção de candidatos do processo seletivo;
VIII. A classificação será feita por ordem decrescente de pontuação;
IX. Para fins de desempate, no preenchimento das últimas vagas do processo seletivo, serão utilizados os critérios abaixo, na seguinte ordem de desempate: maior número de pontos obtidos na prova de redação; por idade, privilegiando o mais velho;
X. Candidato que necessitar de tratamento especial deverá apresentar junto a Comissão de Processo Seletivo, conforme edital, seu atestado médico, descrevendo suas necessidades para que a Comissão possa estudar a possibilidade de atendê-lo;
XI. A prova de Redação do Processo Seletivo estará de acordo com a legislação em vigor.
XII. A faculdade encarrega-se de oferecer aos candidatos o manual de candidato, contendo informações detalhadas, o qual estará disponível no Portal.

O edital de regulamentação do Processo Seletivo é divulgado até trinta (30) dias antes das inscrições, incluindo, além das normas regimentais que o regulam, a possibilidade de ordenar opções, os critérios de avaliação do nível de desempenho dos candidatos, o programa exigido na prova e o número de vagas oferecidas a cada curso.

4.12. Políticas para a Comunicação

4.12.1 Comunidade Externa

As ações de comunicação da Faculdade contribuirão para que a IES cumpra sua missão e efetive sua visão, educacional e organizacional. Assim, serão disponibilizados instrumentos adequados para que ela se aproxime e interaja com todos os públicos [interno e externo], facilitando e acelerando o acesso à informação em tempo, mais próximo possível, do real. A política de comunicação é um compromisso que se tornará realidade no dia a dia da instituição.

Os canais de relacionamento que integram a comunicação externa incluem: o site institucional; chat (WatsApp, Instagram); cartazes nos quadros de avisos; correspondência eletrônica (WatsApp Busines, e-mail); avaliação institucional (CPA); ouvidoria presencial e virtual; redes sociais (*Facebook*, Instagram, Linkedln); canal do *Youtube*; SMS, mural de avisos no portal acadêmico; reuniões com representantes da comunidade; bem como outras alternativas que cumpram essa finalidade.

O site da instituição terá publicações de documentos institucionais relevantes, atendendo o artigo 99 da portaria nº 23 de 2017 do MEC.

A Instituição possui rede de comunicação – Internet de banda larga – no laboratório de informática e específicos nos equipamentos disponíveis nas salas dos docentes, sala de coordenadores, em salas de aulas, direção e biblioteca.

Com o objetivo de aperfeiçoar seu sistema acadêmico e de melhor atender seus alunos, comunidade acadêmica e administrativa da faculdade e sociedade civil, será instituído um sistema de ouvidoria ao qual poderão ser encaminhados de forma presencial ou virtual: sugestões, questionamentos, críticas, elogios e pedidos de informações referentes aos cursos de graduação e pós-graduação, bem como sobre o funcionamento da instituição como um todo e o atendimento prestado aos discentes nos diversos órgãos da Faculdade.

Serão atribuições da ouvidoria:

- Receber, analisar e encaminhar sugestões, informações e questionamentos sobre os diversos setores da faculdade, acompanhando o processo até a solução final;
- Sugerir, à direção geral, medidas que contribuam para a melhoria dos serviços prestados;
- Elaborar relatórios sobre a qualidade dos serviços e/ou quantidade de reclamações/encaminhamentos por setor, com o objetivo de torná-los cada vez melhor;
- Atender às particularidades de estudantes, docentes, docentes/tutores e demais funcionários e comunidade em geral.

Além da ouvidoria presencial a IES contará com a ouvidoria virtual no site institucional para comunidade interna e externa. Os meios de comunicação da IES propiciarão o acesso às informações acerca da avaliação interna e externa e a CPA atuará propondo ações decorrentes dos resultados obtidos.

4.12.2 Comunicação Interna

As ações de comunicação da faculdade contribuirão para que a IES cumpra sua missão e efetive sua visão educacional e organizacional. Assim, serão disponibilizados instrumentos adequados para que ela se aproxime e interaja com todos os públicos (interno e externo), facilitando e acelerando o acesso à informação em tempo, mais próximo possível, do real. A política de comunicação é um compromisso que se torna realidade no dia a dia da instituição.

A educação é uma das áreas de serviços onde o capital humano é ainda muito mais decisivo para a efetivação da missão e visão organizacionais e a imagem, um dos principais ativos de uma IES, é construída de dentro para fora, ou seja, a instituição será vista no mercado e na sociedade, da mesma forma que a comunidade acadêmica e alunos explicitarem externamente sua opinião, sentimento e orgulho de fazer parte da organização. A imagem e a identidade, materializadas como “marca”, sinalizam para os públicos interno e externo a filosofia da IES, suas políticas de gestão, missão e visão.

A comunicação interna tem por objetivo fortalecer o relacionamento e a interação entre a Faculdade, seus alunos e colaboradores (gestores, docentes, docentes/tutores e demais funcionários). Os diversos órgãos da IES delinearão, por meio de suas atribuições e instâncias de decisão, procedimentos e fluxos de comunicação interna e com a sociedade. Reuniões de colegiado de curso, do Conselho de Administração Superior (bem como todas as portarias e resoluções que derivam delas), Núcleo Docente Estruturante, da Comissão Própria de Avaliação, dos coordenadores com representantes de sala, também se constituirão como ações de comunicação. Entre as ações de comunicação interna, está previsto a elaboração e distribuição regular de circulares, revistas e jornais, no formato eletrônico.

A boa reputação corporativa, assentada numa adequada comunicação institucional, contribui e alavanca a gestão interna, motivando o capital humano a se orgulhar da instituição onde trabalha. Ao mesmo tempo em que retém os colaboradores, contribui para atrair talentos externos, pessoas que se sentirão estimuladas a trabalhar na IES. Além disso, favorece a efetivação de parcerias, já que outras organizações estarão dispostas a estabelecer um trabalho conjunto com uma IES cuja imagem tem credibilidade e é valorizada no mercado e na sociedade.

A Instituição possui rede de comunicação – Internet de banda larga – no laboratório de informática e específicos nos equipamentos disponíveis nas salas dos docentes, salas de coordenadores, em salas de aulas, direção e biblioteca. A comunicação com a comunidade interna também ocorrerá através do sistema acadêmico, do chat, do site da instituição, das redes sociais (Instagram, Facebook, Linkedln), de material publicitário impresso ou virtual e dos murais nos corredores da instituição.

Os meios de comunicação da IES propiciarão o acesso às informações acerca da avaliação interna e externa e a CPA atuará propondo ações decorrentes dos resultados obtidos. A ouvidoria da IES destaca-se como o canal mais estreito de receptividade de demandas que geram análise e reformulação das ações administrativas e pedagógicas.

4.13 Políticas para a Oferta de Educação a Distância

A política institucional para a modalidade EaD está devidamente articulada com o PDI, bem como, contempla base tecnológica institucional de acordo com os Projetos Pedagógicos do Curso.

Entre as políticas da Instituição para o EaD estão:

- A promoção do desenvolvimento da cultura de EaD entre a comunidade acadêmica e sociedade civil;
- A articulação entre as diferentes dimensões de ensino para a promoção de cursos a distância;
- A fomentação do desenvolvimento de propostas inovadoras e sustentáveis para o EaD;
- O desenvolvimento de parcerias com instituições educacionais para o EaD;
- A contribuição para garantir a permanência de jovens e adultos à educação superior;
- A implementação de práticas avaliativas integradas ao processo de avaliação institucional de modo a assegurar a qualidade de EaD;
- A formação de discentes por meio de práticas pedagógicas e uso de tecnologias para qualificar o discente no processo de ensino-aprendizagem.

A Instituição disponibilizará aos discentes e comunidade acadêmica um portal acadêmico e um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) que permitirá a interação entre os membros da comunidade acadêmica, bem como facilitará o processo de ensino-aprendizagem. O AVA garantirá ao aluno flexibilidade de acesso considerando-se a esfera temporal (qualquer dia e hora) e a esfera espacial/geográfica (de qualquer local), além de flexibilizar a organização dos estudos. Este ambiente, originalmente, contém ferramentas de ensino, colaboração, avaliação e gestão e estará integrado ao sistema de gestão da IES responsável pelos processos acadêmicos, inclusive pelo registro definitivo de notas.

A Plataforma segue protocolos que garantem a manutenção, segurança, recursos e ferramentas necessárias para o pleno funcionamento da EaD. O AVA é responsivo para utilização via sistema operacional de celulares, possui recursos e ferramentas variadas que

possibilitam ampla comunicação e interação entre aluno x docente/tutor, aluno x aluno e aluno x coordenação.

A IES conta com laboratório de informática com equipamentos adequados em quantidade e qualidade para a oferta dos cursos propostos na modalidade EaD, bem como favorecerão o uso do AVA pelos alunos que não dispõe dos recursos necessários em casa.

4.13.1 Equipe Multidisciplinar

A Equipe Multidisciplinar é responsável pela mediação e gestão das ações voltadas para essa modalidade e um espaço para reflexão das práticas pedagógicas e de avaliação dos reais objetivos, métodos e estratégias do papel do educador e do graduando no que se refere aos planos de ensino e ao planejamento das atividades dos cursos.

A Equipe Multidisciplinar trabalhará em conjunto com a Diretoria e coordenação de curso para:

I. Subsidiar o docente/tutor com métodos e técnicas de ensino, com instrumentos de avaliação mais adequados para cada atividade desenvolvida e orientações que possam minimizar os possíveis problemas de aprendizagem do acadêmico;
II. Oferecer orientação para o acadêmico em relação à organização dos estudos, visando oferecer suporte à aprendizagem, mediante a apresentação de técnicas de estudo, de organização de material e de aproveitamento de tempo;
III. Oferecer orientação para que o acadêmico possa suprir as necessidades voltadas às perspectivas mercadológicas do trabalho pertinente a cada curso na modalidade EaD.

A Equipe Multidisciplinar em conjunto com a Diretoria e Coordenação de curso tem por finalidade apoiar os docentes/tutores, discentes e toda equipe institucional no desenvolvimento do currículo dos cursos de Graduação e Pós-Graduação de Educação da modalidade a distância (EaD).

Para atender às suas finalidades tem os seguintes objetivos:

I. Mediar e gerir as ações voltadas para o programa de Educação a Distância (EaD);
II. Oferecer suporte em Educação a Distância (EaD);
III. Contribuir para o desenvolvimento do perfil de docentes/tutor e de acadêmico pesquisador nos cursos a distância e disciplinas, capazes de exercer, respectivamente, à docência e o aprendizado com base numa postura investigativa, prepositiva e integradora entre instâncias de vida acadêmica, entre saberes e entre agentes do processo de conhecimento;
IV. Favorecer a interdisciplinaridade nos cursos, por meio da ação coletiva, da discussão entre disciplinas e especialidades, entre pessoas e saberes;
V. Envolver, necessariamente e de forma adequada, os recursos tecnológicos de informação e comunicação disponibilizados pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) que permitam a interatividade (em rede), a fim de que os acadêmicos dos cursos e das disciplinas possam interagir com os docentes/tutores mantendo uma adequada relação interpessoal;
VI. Oferecer uma equipe de apoio permanente para docentes/tutores e acadêmicos, visando a solução de dificuldades técnicas e pedagógicas, como de uso das ferramentas de educação a distância, quer seja cursos e nas disciplinas, que utilizam essas ferramentas como apoio pedagógico;
VII. Adotar uma postura includente na EaD, assegurando mecanismos que facilitem o uso das novas tecnologias de informação e comunicação, promovendo a acessibilidade dos usuários ao Ambiente Virtual de Aprendizagem e ampliando sua autonomia intelectual, na medida em que o uso dessas novas tecnologias lhes permite aprender a aprender, para aprender sempre;
VIII. Colaborar com a manutenção do clima de trabalho institucional, através do cultivo da excelência das relações interpessoais e da integração entre os diversos órgãos de apoio acadêmico.

4.14 Políticas de Responsabilidade Social e ao Desenvolvimento Econômico

A visão de uma IES verdadeiramente educacional exige que os potenciais físicos e tecnológicos, os capitais humanos e intelectuais colocados à sua disposição se transformem

em condições essenciais para a formação de pessoas profissionalizadas, efetivamente conscientes da realidade social e engajadas no mundo em que vivem e atuantes nas comunidades em que se inserem. Isto significa que a missão institucional de uma IES deve visar, sobretudo, a Responsabilidade Social, por meio da implementação de uma escola cidadã.

Para atingir o objetivo da inclusão social, com responsabilidade, a IES desenvolverá seu projeto pedagógico institucional, não só focado na formação acadêmica específica, mas, sobretudo, na formação do cidadão: aquele que tem direito à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei.

A implementação deste propósito se dará, além da formação da consciência social contida no conteúdo dos planos de ensino das disciplinas curriculares dos seus cursos de graduação e de pós-graduação, nos cursos e programas de extensão e iniciação científica, na incorporação, pela comunidade acadêmica e discente de uma nova cultura de participação voluntária em ações sociais relevantes e permanentes, que possibilitem o exercício e a prática da cidadania.

Por conseguinte, a IES fará da Responsabilidade Social não só o cumprimento da Lei nº 10.861 de 14/04/2004, que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), no seu artigo 3º, item III, que inclui, como uma das 10 dimensões institucionais da avaliação nas IES, "*a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural*", mas também uma meta institucional, renovada ano a ano, que se traduzirá na prática por ações que irão desde a oferta de bolsas de estudo, de trabalho e acadêmica, à participação nos programas de financiamento para os alunos.

A Faculdade Iguaçu, enquanto instituição educacional socialmente responsável pela comunidade na qual está inserida, entende que é preciso ter ética nos negócios, agir com legalidade, ofertar no mercado serviços de qualidade, sempre respeitando o meio ambiente e promovendo o desenvolvimento sustentável, valorizando as pessoas e difundindo a comunicação transparente, incentivando a parceria e a inclusão.

A responsabilidade social praticada pela IES, está alicerçada para promover programas sociais por meio de ações extensionistas, interdisciplinares por natureza, ao abordar a realidade em sua plenitude, promovendo a produção do conhecimento de forma integrada, que não pode ser vista fora do processo acadêmico e nem desvinculada do ensino.

A promoção de ações sociais extensionistas será desenvolvida, seja por meio de programas, projetos, seminários, ou outros eventos. Há três motivos específicos que estimulam a Faculdade a promover ações nessa área. Primeiro, é o próprio espaço em que as atividades de extensão ocupam no processo de formação e desenvolvimento profissional permanente. Segundo, é o fato da Instituição assumir seus compromissos de solidariedade e responsabilidade social como empresa-cidadã na sociedade. O terceiro é a própria exigência legal prevista na LDB 9.394/96 ao afirmar, no seu art. 43, inciso VII, que a educação superior tem por finalidade “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios, resultantes da criação cultural geradas na instituição”.

As políticas para o desenvolvimento econômico e social da Instituição estão assim descritas:

- Inserir os conteúdos relacionados ao Empreendedorismo nos cursos de graduação;
- Ofertar cursos de curta duração e de extensão com cunho profissionalizante e de geração de novas competências e habilidades que proporcionem condições de transformação econômica e social na vida do cidadão;
- Realizar parcerias com prefeituras, autarquias, órgãos públicos e empresas privadas de diversos segmentos, que fomentam a gestão profissional.
- Aumentar o índice de sucesso e sobrevivência dos negócios das localidades e geração de riqueza;
- Contribuir para a geração de conhecimento na educação empreendedora e no incentivo das atitudes voltadas à sustentabilidade e ao empreendedorismo;
- Criar projetos de extensão e de iniciação científica para serem desenvolvidos nas escolas parceiras, como fomento ao empreendedorismo local e à economia sustentável;
- Contribuir para a geração de conhecimento da atuação da gestão pública e privada nas áreas do meio ambiente, saúde, segurança, educação e desenvolvimento econômico e social da região.

Através dos seus cursos a instituição intensificará suas ações junto à comunidade local, oferecendo várias oportunidades à população, levando para a população atividades relacionadas com:

I. Oficinas de aperfeiçoamento profissional;
II. Cursos de Extensão;
III. Cursos de qualificação profissional;
IV. Congressos com temas que envolvem o desenvolvimento local e regional
V. Promoção de projetos de pesquisa que ofereçam a oportunidade, aos acadêmicos e à comunidade, de conhecerem o seu entorno e, em decorrência atuarem de acordo com as suas necessidades, dentre outras.

Estas e outras ações de Inserção Regional e Responsabilidade Social serão desenvolvidas com o objetivo de tornar realidade a educação para a cidadania. Portanto, cabe à instituição desenvolver ações para minimizar os impactos de tal cenário, como:

I. Adesão ao Prouni – Programa Universidade para Todos;
II. Adesão ao FIES – Financiamento Estudantil;
III. Criação de programa de financiamento próprio;
IV. Formação e capacitação para desenvolvimento de postura ativa, dialética, política e ética, fazendo com que este educador tenha um compromisso permanente com a vida dos acadêmicos;
V. Exercício permanente da autonomia de seus acadêmicos, oportunizando espaços onde a liberdade possa ser exercida de forma criativa e espontânea.

As orientações ideológicas e as ações evidenciadas no Plano de Desenvolvimento Institucional, ora apresentadas, demonstram que as IES, em suas múltiplas atividades de ensino, iniciação científica, extensão e serviços especiais estarão efetivamente aprendendo e praticando as dimensões necessárias de uma educação entrelaçada com a formação profissional, com vistas à geração de um saber convertido em benefício social e no resgate da dignidade humana.

Valorização da Diversidade Geracional e de Gênero

A IES, com vistas a garantir a igualdade de oportunidades para todos, desenvolverá uma política humanista, que se viabilizará em procedimentos de operacionalização tecnológica e ambiental, os quais possibilitam a acessibilidade a todos os espaços de uso coletivo na Faculdade. Assim, esta política objetiva a adequada aquisição de conhecimentos e o respeito às diversidades, além da constante preocupação com a melhoria de qualidade de vida, superando paradigmas, preconceitos e mitos, em relação à formação para a cidadania e aos direitos humanos. Consta como meta do PDI ações de sensibilização da comunidade acadêmica interna sobre respeito às diferenças (deficiência, faixa geracional, étnico-racial credo, gênero, nacionalidade e orientação sexual), direitos humanos e educação ambiental. Partindo dessa premissa, este contempla ainda a oferta de projetos de extensão contribuindo para atender ao desenvolvimento dessa competência no perfil do egresso dos cursos ofertados. Serão também desenvolvidas ações de incentivo e parcerias com órgãos visando a formação da consciência cidadã e igualitária.

Educação Ambiental

A responsabilidade social exige a elaboração de programas de caráter contínuo e emancipador e dentre eles está a Educação Ambiental que, também, integra o currículo dos cursos de modo transversal, contínuo e permanente, em atendimento à Lei nº 9.795, de 27/04/99 e ao Decreto nº 4.281 de 25/06/2002.

O atendimento à Política Nacional do Meio Ambiente deixou de ser considerado responsabilidade exclusiva dos órgãos oficiais de meio ambiente e passou a ser compartilhado por todos os demais setores da sociedade. A incorporação do conceito de responsabilidade social na gestão e no gerenciamento das organizações tem multiplicado, inclusive, a demanda por profissionais qualificados para atuar na área de gestão ambiental. Para fazer frente a essa demanda, a IES formará profissionais com senso de administração e conhecimentos voltados para o equilíbrio do meio ambiente e da boa qualidade de vida no planeta, bem como desenvolverá atividades de extensão com esse intuito. Ademais, buscará integrar as Diretrizes

Curriculares com as políticas relacionadas com a preservação do meio ambiente, estimulando parcerias e intercâmbio de conhecimentos.

Memória e Patrimônio Cultural

A IES tem como responsabilidade desenvolver seu trabalho com o compromisso de preservar a memória e o patrimônio cultural da comunidade onde está inserida. Com essa visão, a IES promoverá ações em parceria com órgãos e movimentos que visam esse objetivo. Nesta instituição, a preservação da memória e do patrimônio cultural concretiza-se em ações e programas por meio de projetos de extensão e difusão de bens materiais e imateriais, bem como outras ações, como:

a) Promoção e divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
b) Incentivo ao trabalho de investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
c) Implementação de projetos interdisciplinares de Extensão;
d) Promoção da semana científica, com vistas a incentivar a publicação das investigações científicas realizadas e difusão do conhecimento adquirido;
e) Divulgação dos conhecimentos adquiridos na instituição através de Sistemas e Meios de Comunicação (Site e Mídias Sociais, Jornal Informativo Institucional, Rádio, Marketing Institucional);
f) Implantação da revista científica da instituição; promoção de congressos, seminários, simpósios e outros eventos científicos-culturais.

Inclusão Digital

A política de inclusão digital da IES possui os seguintes objetivos:

I. Contribuir para o processo de inclusão digital de forma integradora, envolvendo a construção do conhecimento e o desenvolvimento da pessoa;

II. Garantir o direito à comunicação em redes de computadores aos cidadãos que não possuam condições financeiras para adquirir equipamentos e serviços que a propiciem;
III. Estabelecer mecanismos democráticos de acesso à informação e às novas tecnologias;
IV. Incentivar o processo permanente de auto aprendizado e de aprendizado coletivo em tecnologias de tratamento da informação;
V. Fortalecer a organização de comunidade e a democracia participativa, mediante a criação de listas de discussão, sítios para a divulgação de informações e notícias, fóruns eletrônicos para debate e outras modalidades de interação da comunidade;
VI. Capacitar para a formação de multiplicadores, aptos a atuar em programas de inclusão digital desenvolvidos no ambiente interno e externo da instituição, envolvendo comunidades indígenas, sindicatos, associações, entre outros;
VII. Oferecer, aos alunos ingressantes, cursos de capacitação para uso de ferramentas básicas em informática, correio eletrônico institucional, acesso à internet e ambiente para digitação de trabalhos acadêmicos.

5. POLÍTICAS DE GESTÃO

5.1. Corpo Docente Tutorial

Os docentes e docentes/tutores contratados deverão compor, de acordo com as metas previstas neste PDI (Cronograma e Plano de Expansão do Corpo Docente Tutorial), um quadro geral que atenda aos parâmetros preconizados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no que se refere à titulação e qualificação dos docentes/tutores, ao regime de trabalho e à dedicação às atividades acadêmicas, em consonância com a missão e os objetivos pré-estabelecidos neste PDI. Tais ações objetivam garantir a qualidade do ensino, pois releva a importância do corpo docente tutorial capacitado e engajado no projeto institucional. O docente atuará também como tutor da sua disciplina quando o curso for da modalidade a distância.

5.1.1. Requisitos de Titulação e Experiência Profissional do Corpo Docente Tutorial

A contratação será vinculada à capacidade do docente e docente/tutor em contribuir para a formação do aluno com o perfil definido no PPC e nos valores da instituição. A Faculdade valorizará a experiência do seu quadro de docente tutorial, pois entende que a construção do saber está intrinsecamente relacionada à prática profissional.

Por isso, experiência acadêmica na educação superior, na modalidade a distância e profissional serão critérios considerados na seleção dos docentes e docentes/tutores. Para compor seu quadro, a instituição atenderá a legislação pertinente, contratando docentes e docentes/tutores com pós-graduação lato e stricto sensu, com formação adequada aos Projetos Pedagógicos de Curso e experiência profissional acadêmica e profissional.

5.1.2. Critérios para Seleção e Contratação do Corpo Docente Tutorial e Regime de Trabalho

Os critérios para a seleção e contratação de docentes e docentes/tutores inclui análise de currículo, onde são verificados aspectos concernentes à titulação e experiência acadêmica, e/ou prova didática, em que ministra uma aula para banca na qual são avaliados conteúdo específicos e aspectos relacionados aos recursos didático-pedagógicos utilizados.

Os docentes e docentes/tutores são contratados no regime CLT, mediante contrato de trabalho celebrado com a Entidade Mantenedora, na modalidade de período integral, parcial ou horista, privilegiando o regime integral a partir das necessidades de implantação dos currículos dos cursos.

Para a seleção e contratação do quadro docente tutorial são seguidos alguns critérios como: demanda de cada curso, disciplinas; titulação na área da demanda; expertise no conteúdo a ser ministrado; experiência na docência no ensino superior; experiência no ensino a distância; disponibilidade de tempo para assumir a carga horária destinada à vaga; disponibilidade de participação em outras atividades fora da sala de aula; motivação para pesquisa e publicações.

A contratação é vinculada à capacidade do docente e do docente/tutor em contribuir para a formação do aluno com o perfil definido no PPC e valores da instituição. Cabe ao coordenador de curso comprovar a necessidade da contratação perante a Direção. Após o ingresso, o desempenho do docente ou do docente/tutor é acompanhado através de avaliações pela CPA e da própria coordenação de curso.

5.1.3. Políticas de Qualificação, Formação Continuada e Plano de Carreira do Corpo Docente Tutorial

O Plano de Cargos e Salários da Faculdade contempla as categorias funcionais, os níveis e índices de remuneração, formas de progressão horizontal e vertical, critérios e prazos para ascensão, entre outros aspectos. Ressalta-se que o texto na íntegra do referido Plano encontra-se disponível na Instituição.

A política de qualificação está expressa no PDI da IES e será conduzida pelo estímulo à produção intelectual do corpo docente tutorial sendo que esta será uma ação constante da Faculdade Iguaçu e, para tanto, proporcionará apoio técnico e pedagógico, disponibilizando os recursos e a infraestrutura existente: laboratório, equipamentos de informática, recursos multimídia e Biblioteca.

No intuito de tentar superar a antiga dicotomia entre formação técnica e formação pedagógica, esse programa prevê a realização de encontros e o estabelecimento de formas de diálogo com as áreas didáticas. A política de formação pedagógica dos do corpo docente tutorial da IES abarcará também as questões dos valores éticos, tendo em vista que a competência na docência se encontra indissoluvelmente ligada à definição de valores.

Os docentes e docentes/tutores vinculados ao ensino superior precisam estar preparados para trabalhar o conhecimento científico com os estudantes em formação, como também influenciá-los positivamente através da cultura, da ética e da cidadania, incentivando o trabalho em equipe nas experiências em projetos e atividades extraclasse. A qualificação acadêmica na IES será estimulada por meio de:

I. Critérios de admissão objetivos que priorizem a titulação, experiência no ensino e disponibilidade;
II. Plano de apoio à capacitação pedagógica;
III. Incentivo à participação em cursos e estágios na sua área de atuação;
IV. Incentivo à participação em eventos técnico-científicos;
V. Critérios para progressão na carreira que contemplem titulação e produtividade;
VI. Formação em língua brasileira de sinais libras para atuação na disciplina libras.

A Faculdade adotará também como política, o incentivo ao corpo docente tutorial no que se refere à qualificação, oferecendo bolsas parciais nos programas de pós-graduação oferecidos por ela própria. Será incentivada, também, a participação dos mesmos em atividades de extensão, eventos científicos e acadêmicos organizados pela Faculdade e por outras instituições.

As diretrizes básicas da política para o corpo docente tutorial da Instituição estão assim definidas:

I. Consolidar um quadro docente tutorial titulado e qualificado que responda em qualidade e quantidade o exercício das funções institucionais;
II. Incentivar através da implementação de programas regulamentados, a qualificação acadêmica dos docentes e docentes/tutores em programas de mestrado e doutorado;
III. Aperfeiçoar e implementar o Plano de Carreira Docente Tutorial - que contém as regras de ingresso, progressão, direitos e deveres dos docentes/tutores;
IV. Ofertar seletivamente cursos de especialização com vistas a que todos os seus docentes/tutores tenham, no mínimo, uma especialização em sua área de atuação;
V. Racionalizar os quantitativos de docentes e docentes/tutores concentrando e disponibilizando maior volume de horas-aula, dentro dos limites possíveis e viáveis, valorizando e aumentando os ganhos remuneratórios e os níveis de satisfação;
VI. Aproveitar, nas capacitações oferecidas pela própria IES, os docentes e docentes/tutores já contratados.

5.1.4. Procedimentos de Substituição Eventual de Corpo Docente Tutorial

Os procedimentos para substituição eventual dos docentes e docentes/tutores obedecerão aos critérios estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, Convenção Coletiva do Trabalho, Regimento Interno e Plano de Carreira e Salários, garantindo os direitos dele e daquele que o substituirá. Para tanto, conta com os seguintes procedimentos:

a) Manter Banco de Dados de docentes eventuais nas diversas áreas do conhecimento;
b) Promover processos seletivos para contratação docente e docente/tutor com classificação para substituição eventual;
c) Distribuição de carga horária de forma a possibilitar o docente e docente/tutor assumir aulas eventuais. Nos impedimentos eventuais de titular de cargo ou ocupante de função atividade, será contratado outro que fará jus a salário igual ao que seria pago ao substituído, inclusive as férias e recessos escolares proporcionais para aqueles que mantiverem a contratação acima de 30 dias e/ou terminarem o semestre ou ano letivo, observado do disposto nas legislações do Ministério do Trabalho ou sindicatos signatários.

5.1.5. Cronograma de Expansão do Corpo Docente Tutorial

A expansão do corpo docente tutorial obedecerá a seguinte projeção dos cursos a serem implantados considerando titulação e regime de trabalho.

Titulação	2025	2026	2027	2028	2029
Especialista	10	2	2	2	2
Mestre	4	2	1	2	2
Doutor	0	0	0	1	1
Pós-Doutorado	0	0	0	0	1
TOTAL	**14**	**4**	**3**	**5**	**6**

Regime de Trabalho	2020	2021	2022	2023	2024
Horista	12	2	2	3	3
Parcial	0	2	2	3	3
Integral	2	1	2	2	3
TOTAL	**14**	5	6	8	9

5.2. Corpo Técnico-Administrativo

5.2.1. Critérios para Seleção e Contratação do Corpo Técnico-Administrativo

Considera-se como membro do Corpo Técnico-Administrativo todo aquele que exerce qualquer função diversa da função de ministrar aulas e que prestem serviços de apoio técnico, administrativo e operacional, bem como de assessoramento a todos os órgãos e níveis hierárquicos da Instituição, desempenhando funções de apoio operacional em execução de serviços gerais, necessários ao bom desempenho institucional; apoio administrativo; assessoria e suporte à administração superior ou intermediária, que demandem análises, pareceres, procedimentos e execução; e de administração, controle, coordenação, supervisão e avaliação.

O ingresso no quadro Técnico-Administrativo é condicionado à existência de vagas e, quando esgotada a possibilidade de seleção interna, ocorrerá mediante processo seletivo externo, de caráter classificatório, do qual deverão constar:

a) Provas de conhecimento específico para o exercício do cargo;
b) Prova de títulos;
c) Prática técnica específica, quando o cargo exigir.

A admissão é feita mediante contrato por período experimental de até 90 dias (noventa) dias (período de experiência). São critérios de contratação dos técnicos-administrativos:

I. Ter idoneidade moral compatível com a dignidade e a responsabilidade da função;
II. Ter formação compatível com o exercício da função;
III. Ter disponibilidade de tempo para o desempenho regular de suas funções;
IV. Ter experiência profissional quando o cargo exigir;

V. Ter bom estado de saúde comprovado por atestado médico;

VI. Ter sido aprovado no processo seletivo, de acordo com o cargo a ser ocupado.

5.2.2. Política para Formação e Qualificação continuada do Corpo Técnico-Administrativo

A política de formação e qualificação do Corpo Técnico-Administrativo tem por objetivo promover e sustentar o padrão de qualidade das funções de apoio técnico, administrativo e operacional da Instituição, estimulando e incentivando o crescimento pessoal, profissional e as habilidades e competências dos colaboradores da Faculdade.

A capacitação do corpo técnico-administrativo compreende as seguintes modalidades de incentivos:

I. Bolsa-auxílio para participação em cursos de pós-graduação lato.
II. Bolsa-auxílio para participação em cursos de graduação.
III. Bolsa-auxílio e/ou apoio em cursos de educação formal, o qual compreende curso fundamental e médio.
IV. Apoio à produção científica, técnica, pedagógica e cultural.
V. Apoio e/ou oferta de cursos de atualização e treinamento profissional.

São consideradas como sendo ações de capacitação:

I. Participação em atividades acadêmico-científico-culturais, como: Seminários. Simpósios; Jornadas; Semanas científicas; Congressos; Encontros; Cursos livres diversos; Palestras; Workshops e oficinas.
II. Participação em grupos de estudos.
III. Participação em cursos de aperfeiçoamento.

5.2.3. Regime de Trabalho para o Corpo Técnicos-administrativo

O regime de trabalho adotado pela instituição será o previsto na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, pela qual se regem todos os respectivos contratos, e do Regimento Interno da Instituição, respeitado o limite de 44h semanais, no máximo.

5.2.4. Cronograma de Expansão do Corpo Técnico-Administrativo

A expansão do corpo técnico-administrativo dar-se-á conforme implantação dos cursos. No entanto, existe uma projeção de expansão, no quadro a seguir:

SETORES	2025	2026	2027	2028	2029
Gestão Administrativa e Financeira	6	1	1	1	1
Direção	1	1	1	1	1
Biblioteca	1	-	-	1	1
Manutenção, Apoio e Segurança	2	1	1	1	1
Tecnologia da Informação e Comunicação	1	1	1	1	1
TOTAL	**11**	**4**	**4**	**5**	**5**

5.3. Corpo de Tutores

A atividade da tutoria tem a função de apoiar o desenvolvimento do conhecimento científico e acadêmico e mediar espaços de construção coletiva, por meio de atividades síncronas e assíncronas.

A função de tutoria será exercida pelos próprios docentes que farão a mediação pedagógica, otimizando a experiência de aprendizagem planejada para as disciplinas, acessando o AVA periodicamente.

Com essa concepção contemporânea do papel do tutor, a faculdade promove mediação constante no processo de aprendizado do estudante por meio de diferentes ferramentas, como o fórum de dúvidas, o mural de notícias, as mensagens por e-mail e pelo portal. Todo esse processo de comunicação e mediação dos conteúdos pedagógicos tem resultado em melhora do aproveitamento acadêmico.

5.3.1 Requisitos de Titulação e Experiência do Corpo de Tutores

A função de tutoria será exercida pelos próprios docentes. Desta forma, os tutores devem apresentar como quesitos necessários para a composição do quadro:

- Ter formação na área das disciplinas onde atua;
- Ter experiência na modalidade EaD;
- Habilidade em identificar e categorizar as dificuldades dos alunos;
- Habilidade comunicacional, promovendo sinergia no ambiente virtual.

5.3.2 Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores

A função de tutoria será exercida pelos próprios docentes, por isso o processo de capacitação é feito, principalmente, por meio de reuniões intensivas on-line e presenciais, palestras e oficinas, visando sempre atualização, desenvolvimento e integração. A política de capacitação do corpo de tutores seguirá os mesmos preceitos da capacitação docente.

5.3.3 Cronograma de Expansão do Corpo de Tutores

A expansão do corpo de tutores crescerá na mesma proporção do corpo de docentes, haja vista que os mesmos serão também os tutores.

6. DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

6.1 Sustentabilidade Financeira: relação com o desenvolvimento institucional

A gestão financeira é de responsabilidade da Mantenedora, que custeia os gastos com recursos humanos, investimentos em tecnologia, investimentos em infraestrutura, investimentos em biblioteca e outros recursos didáticos, bem como, despesas com marketing, despesas administrativas, despesas tributárias e outras despesas. Além de planejar a origem dos recursos financeiros, sejam operacionais (sobretudo receitas das mensalidades dos cursos), sejam através de aporte de capital próprio, seja através de captação de recursos de terceiros.

Na elaboração do PDI da instituição são projetados os gastos para o próximo quinquênio e alocados recursos que possibilitem a manutenção e o desenvolvimento organizacional, dando viabilidade para as políticas de ensino, extensão e iniciação científica. Entretanto, a cada ano serão feitas revisões e adequações desta proposta orçamentária com o objetivo de corrigir possíveis distorções ou acompanhar mudanças decorrentes da economia, das políticas educacionais, entre outros.

Além disso, serão realizados trimestralmente estudos da proposta orçamentária versus o orçamento realizado e acompanhamento da distribuição dos créditos a partir da definição de metas e objetivos mensuráveis que permitem a tomada de decisões internas, sendo elas:

- Definição e acompanhamento das metas de captação de alunos;
- Definição e acompanhamento das metas de retenção e combate à evasão;
- Definição e acompanhamento das políticas de bolsas e descontos;
- Acompanhamento da inadimplência;
- Acompanhamento trimestral planejado/realizado;
- Ajuste do projetado quando necessário;
- Identificação de gastos não recorrentes;
- Cálculo e monitoramento de indicadores de eficiência, comparando os gastos com pessoal e a Receita líquida; bem como os gastos administrativos e a Receita Líquida,
- Análise do Fluxo de caixa, calculando a necessidade de capital de giro mensal;
- Análise dos custos de capitais de terceiros investidos na faculdade;
- Cálculo semestral do retorno do investimento do capital próprio, considerando custo de oportunidade;
- Planejamento tributário;
- Precificação dos cursos ofertados;
- Análise de mercado do ensino superior no cenário nacional e local;
- Análise da concorrência e definição de estratégias para crescimento no mercado;
- Analise e readequação das contas conforme necessário atualizando a peça orçamentária.

Os recursos financeiros serão provenientes de dotações que lhe são atribuídas no orçamento da Mantenedora, das mensalidades escolares, dos cursos de extensão e taxas de serviços prestados e, extraordinariamente, dos aumentos de capital próprio por parte dos investidores. As fontes de recursos serão ampliadas e fortalecidas a partir da adesão em programas de bolsas e financiamentos do governo Federal (PROUNI e FIES) e de convênio com entidades privadas para oferta de bolsas aos estudantes.

Os documentos contábeis permitem o monitoramento dos indicadores de resultados e desempenho da Faculdade, facilitado pelo uso de sistema integrado de gestão acadêmica contratado, que possibilita a integração dos diversos setores administrativos da Instituição, promovendo a gestão estratégica da instituição.

Visando a sustentabilidade financeira da instituição, a instituição utilizará um sistema integrado de gestão onde serão utilizadas diversas ferramentas estratégicas, tais como:

- Gestão financeira
- Gestão de marketing
- Gestão de vestibulares e processos seletivos
- Gestão de captação de discentes com CRM
- Gestão de cobrança e retenção de discentes
- Gestão da biblioteca
- Gestão de convênios e recursos tecnológicos

Com isto, a mantenedora cumprirá com os compromissos assumidos na implantação de cursos e programas; na melhoria contínua do ensino; na implantação e desenvolvimento das práticas investigativas; na extensão; nos cursos e programas de pós-graduação; na atualização tecnológica dos equipamentos e softwares de informática e de tecnologia educacional; e na ampliação e atualização do acervo da Biblioteca e no desenvolvimento da IES como um todo. A previsão de receitas e despesas para o prazo de vigência deste PDI é a vigente no quadro protocolado no processo de Credenciamento da IES, junto ao Sistema e-MEC.

6.2 Sustentabilidade Financeira: participação da comunidade interna

A Mantenedora é responsável pelo aporte e planejamento financeiro, e de responsabilidade da Diretoria Administrativo-financeiro da Instituição a gestão e utilização dos valores disponibilizados. Para a Mantenedora recai as obrigações de garantir esse suporte, apresentando os valores, sempre em seu Balanço Patrimonial e em seus Demonstrativos de Resultado de Exercício. Para a Instituição, a responsabilidade de demonstrar por meio de planejamento ao longo dos anos de vigência do seu PDI, a utilização fim do orçamento.

Anualmente a mantenedora elaborará uma proposta orçamentária, esta proposta terá por base a consciência sobre sua responsabilidade civil, criminal, social e econômica e será realizada baseando-se nas informações levantadas pela CPA, que indicam quais áreas necessitam de investimentos financeiros.

Além disso, para elaboração do orçamento, com o objetivo de minimizar o risco operacional e financeiro da instituição, serão consultados o Conselho de Administração Superior da mantida, os coordenadores e a gerência de TI sobre os assuntos estratégicos como oferta de cursos, investimentos tecnológicos, implementação dos laboratório dos cursos e sobre a produção de ferramenta pedagógicas para o desenvolvimento do ensino e da extensão, garantindo o desenvolvimento de competências e habilidade profissionais dos egressos da faculdade.

Para que as instâncias gestoras e acadêmicas estejam cientes e aptas a participar e acompanhar a gestão dos recursos, estes serão capacitados para interpretação de orçamentos e dos resultados operacionais trimestrais da faculdade, sendo que esta capacitação será realizada por profissionais da área contábil da instituição.

A instituição também manterá contrato com empresa de auditoria externa, para apoio aos gestores e equipe de colaboradores no acompanhamento dos dados contábeis, na definição de estrutura de capital investido, nas projeções de fluxo de caixa, na análise de rentabilidade e retorno dos investimentos, no cálculo de margem de contribuição dos cursos, na precificação, na análise de custos, na análise de mercado, na projeção de investimentos e

reinvestimentos; para garantia da sustentabilidade financeira e do crescimento da instituição. A relação entre a área financeira e a gestão institucional também está descrita no Regimento da Instituição.

6.3 Previsão de Receitas e Despesas

A previsão orçamentária para os 05 (cinco) anos, apresentada abaixo, foi elaborada obedecendo, rigorosamente, aos critérios orçamentários. No quadro abaixo é apresentado o cronograma de execução com a previsão orçamentária institucional anual distribuída no período de 2025/2029.

A Faculdade, por meio do seu escritório de contabilidade apresenta relatórios anuais sobre o acompanhamento e métricas capazes de subsidiar a análise dos desempenhos institucionais de acordo com as diretrizes legais regimentais do governo federal.

QUADRO 5 – PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA INSTITUCIONAL (VIGÊNCIA DO PDI)

ANO	RECEITAS - R$	DESPESAS - R$	TOTAL GERAL - R$
2025	R$1.583.600,00	R$1.034.194,02	**R$549.405,98**
2026	R$1.662.780,00	R$1.085.903,72	**R$576.876,28**
2027	R$1.745.919,00	R$1.140.198,91	**R$605.720,09**
2028	R$1.833.214,95	R$1.197.208,85	**R$636.006,10**
2029	R$1.979.872,15	R$1.292.985,56	**R$686.886,59**

Na tabela abaixo é apresentado o cronograma de execução com a previsão orçamentária institucional, anual, distribuída no período de 2025 a 2029:

QUADRO 6 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (VIGÊNCIA DO PDI)

TOTALIZAÇÃO	**ANO I 2025**	**ANO II 2026**	**ANO III 2027**	**ANO IV 2028**	**ANO V 2029**
Receita (Mensalidades, taxas, serviços e outros) **(+)**	R$1.779.600,00	R$1.868.580,00	R$1.980.694,80	R$2.119.343,44	R$2.288.890,91
Descontos e bolsas **(-)**	R$144.000,00	R$151.200,00	R$158.760,00	R$166.698,00	R$180.033,84
Inadimplência **(-)**	R$72.000,00	R$75.600,00	R$79.380,00	R$83.349,00	R$90.016,92
Dedução da Receita	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Total da Receita Líquida	**R$ 1.583.600,00**	**R$1.662.780,00**	**R$ 1.745.919,00**	**R$ 1.833.214,95**	**R$ 1.979.872,15**
1. PESSOAL	**ANO I 2025**	**ANO II 2026**	**ANO III 2027**	**ANO IV 2028**	**ANO V 2029**
Gestores/Diretoria	R$ 3.036,00	R$ 3.187,80	R$ 3.347,19	R$ 3.514,55	R$ 3.795,71
Empregados	R$ 545.827,80	R$ 573.119,19	R$ 601.775,15	R$ 631.863,91	R$ 682.413,02
Encargos Sociais	R$ 43.666,22	R$ 45.849,53	R$ 48.142,01	R$ 50.549,11	R$ 54.593,04
Outras despesas com pessoal	R$ 12.696,00	R$ 13.330,80	R$ 13.997,34	R$ 14.697,21	R$ 15.872,98
Subtotal - 1	**R$ 605.226,02**	**R$ 635.487,32**	**R$ 667.261,69**	**R$ 700.624,77**	**R$ 756.674,75**
2. DESPESAS	**ANO I 2025**	**ANO II 2026**	**ANO III 2027**	**ANO IV 2028**	**ANO V 2029**
Remuneração por serviços de terceiros	R$ 5.370,00	R$ 5.638,50	R4 5.920,43	R$ 6.216,45	R$ 6.713,76
Despesas com localização, manutenção e ampliação em novos projetos Tecnológicos.	R$ 17.506,00	R$ 18.381,30	R$ 19.300,37	R$ 20.265,38	R$ 21.886,61
Despesas com expediente	R$ 7.420,00	R$ 7.791,00	R$ 8.180,55	R$ 8.589,58	R$ 9.276,74
Despesas com utilização de equipamentos e veículos	R$ 8.700,00	R$ 9.135,00	R$ 9.591,75	R$ 10.071,34	R$ 10.877,04
Despesas com comunicação	R$ 5.478,00	R$ 5.751,90	R$ 6.039,50	R$ 6.341,47	R4 6.848,79
Despesas com viagens	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Despesas com seguros	R$ 2.640,00	R$ 2.772,00	R$ 2.910,60	R$ 3.056,13	R$ 3.300,62
Despesas com bens de uso próprio	R$ 8.200,00	R$ 8.610,00	R$ 9.040,50	R$ 9.492,53	R$ 10.251,93
Publicidade e propaganda	R$ 17.000,00	R$ 17.850,00	R$ 18.742,50	R$ 19.679,63	R$ 21.254,00

Doações	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Investimentos na infraestrutura, Gestão de novos projetos acadêmicos e científicos e Acervo Bibliográfico.	R$ 63.902,00	R$ 67.097,10	R$ 70.451,96	R$ 73.974,55	R$ 79.892,52
Despesas com bens de pequeno valor	R$ 4.500,00	R$ 4.725,00	R$ 4.961,25	R$ 5.209,31	R$ 5.626,06
Tributos	R$ 2.775,00	R$ 2.913,75	R$ 3.059,44	R$ 3.212,41	R$ 3.469,40
Despesas financeiras	R$ 10.207,00	R$ 10.717,35	R$ 11.253,22	R$ 11.815,88	R$ 12.761,15
Custos dos produtos	R$ 5.370,00	R$ 5.638,50	R$ 5.920,43	R$ 6.216,45	R$ 6.713,76
Subtotal -	**R$ 428.968,00**	**R$ 450.416,40**	**R$ 472.937,22**	**R$ 496.584,08**	**R$ 536.310,81**
TOTAL DAS DESPESAS	**R$ 1.034.194,02**	**R$ 1.085.903,72**	**R$ 1.140.198,91**	**R$ 1.197.208,85**	**R$ 1.292.985,56**

7. INFRAESTRUTURA FÍSICA

As instalações físicas atendem amplamente as relações de espaço, ventilação, iluminação, acústica e acessibilidade, sendo, todos os espaços apropriados para a execução de suas atividades fins. Todas as instalações estão devidamente mobiliadas e com equipamentos tecnológicos para o desempenho das funções administrativas e acadêmicas para o atendimento à comunidade acadêmica e sociedade civil.

Para assegurar que as instalações estejam sempre em conformidade e atendendo às necessidades institucionais em termos quantitativos e qualitativos a IES seguirá um Plano de Avaliação Periódica dos espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial. A CPA será responsável pelo Processo de Autoavaliação Institucional, que terá entre os critérios de avaliação os espaços relacionados às instalações buscando promover expansão da infraestrutura física, garantindo condições de acessibilidade a pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida; manter atualizados e renovados o acervo bibliográfico e as redes de informação da biblioteca.

7.1 Espaços para atendimento aos alunos

A Faculdade se preparou para que os alunos tenham a maior comodidade e conforto em seus ambientes. Para isso destinou espaços específicos por áreas para que os atendimentos possam ser reservados de acordo com o objeto e tema a ser tratado. Todos os espaços estão preparados e atendem plenamente quanto à acústica, ventilação, iluminação, limpeza, segurança, comodidade e acessibilidade.

Os alunos da Faculdade além dos espaços acadêmicos poderão ser atendidos de forma especializada nas seguintes instalações:

1. Setor Financeiro, para questões relacionadas a mensalidades. Presencialmente ou no portal acadêmico.
2. Secretaria, para questões quanto ao seu ingresso, processo seletivo, matrícula ou documentos pessoais. Presencialmente ou no portal acadêmico.
3. Diretoria, com atendimento direto do (a) Diretor (a), que estará à disposição tanto do aluno, quanto de toda comunidade acadêmica.
4. Sala de Coordenação, com atendimento reservado pelo Coordenador do seu Curso. Cada Coordenador (a) terá horário e dia de atendimento específico, de acordo com sua carga horária de trabalho e atividades acadêmicas, de forma presencial e ou virtual.
5. Sala de Atendimento Psicopedagógico com profissionais especializados para o desempenho de suas funções, de forma presencial e virtual.
6. Ouvidoria presencial e *online*, canal de comunicação aberto entre aluno e instituição. O discente poderá realizar reclamações, sugestões e elogios, seja por meio do site, bem como, direto com o Ouvidor (a) da Instituição.

7.2 Salas de Aula

A Faculdade possui salas de aula com capacidade para atender as vagas pleiteadas, em função das demandas dos cursos, tamanho das turmas, necessidades de cada conjunto de disciplinas e, especialmente, conforto e funcionalidade.

Todas as salas atendem eficientemente em relação ao espaço, recursos tecnológicos, ventilação, iluminação e acústica apropriada aos seus fins, sendo limpo diariamente por uma equipe especializada, o que gera um local com comodidade necessária às atividades desenvolvidas. Também atendem às questões relacionadas à acessibilidade e mobilidade, com condições para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida.

Para assegurar que as instalações estejam sempre em conformidade e atendendo às necessidades institucionais em termos quantitativos e qualitativos a IES elaborou um Plano de Avaliação Periódica dos espaços e adotará o Gerenciamento da Manutenção Patrimonial. A CPA será responsável pelo Processo de Autoavaliação Institucional, que terá entre os critérios de avaliação as salas de aula, permitindo uma melhor visão de sua comunidade acadêmica, bem como apontar necessidades de melhorias, caso identificado.

7.3 Espaço de Trabalho para Docente ou Docente/Tutor em Tempo Integral

Os espaços de trabalho para o docente ou docente/tutor em Tempo Integral viabilizam ações acadêmicas, como planejamento didático-pedagógico, atendem às necessidades institucionais, possuem recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados, garantem privacidade para uso dos recursos, para o atendimento a discentes e orientandos, e para a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.

Esta instalação é contemplada no Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial. Terá sua avaliação também realizada pela CPA durante sua pesquisa institucional, que apontará as demandas especificas de melhorias dos espaços.

7.4 Espaço de Trabalho para Coordenador

A sala destinada para coordenação dos cursos atende às necessidades institucionais e está mobiliada com mesa, cadeiras, armário, ventilação adequada, telefone, computador com acesso à rede administrativa e acadêmica da Faculdade e internet para viabilizar as ações

acadêmico-administrativas. Conjuntamente tem uma sala de reuniões e outra de atendimento aos acadêmicos de forma individual ou em grupo com privacidade.

Esse espaço passará por avaliações periódicas realizadas pela CPA, momento em que alunos, demais membros da comunidade acadêmica e técnico-administrativos manifestam-se sobre a infraestrutura e qualidade da prestação de serviços, e no período de vigência deste PDI, estas avaliações também constarão no Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial.

7.5 Sala Coletiva de Docentes e Docentes/Tutores

Os docentes e docentes/tutores possuem um espaço de convivência bem localizado, de fácil acesso a toda a comunidade acadêmica. As instalações foram projetadas buscando criar um ambiente agradável de convivência, com conforto adequado às reuniões ou diálogos entre os usuários, sendo este um local onde o docente e docente/tutor pode permanecer algumas horas, caso seja necessário.

Trata-se de um ambiente onde ele pode trabalhar ou descansar entre seus intervalos com conforto e qualidade. Possui mesa com cadeiras para reuniões, sofá, computadores com Internet, TV, quadro de avisos e escaninhos individuais. O espaço possui acessibilidade física, está climatizado através de ventiladores e está dimensionado para o quantitativo do quadro docente tutorial, com condições que permitem descanso e integração.

Para assegurar que as instalações estejam sempre em conformidade e atendendo às necessidades institucionais em temos quantitativos e qualitativos a IES elaborou um Plano de Avaliação Periódica dos espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial.

Periodicamente o espaço passará por avaliação, como forma de gerenciar a manutenção patrimonial e a conservação, especialmente em relação ao conforto e segurança para os usuários. A CPA será responsável pelo Processo de Autoavaliação Institucional, que terá entre os critérios de avaliação a sala dos docentes e docentes/tutores, que permitirá uma melhor

visão da comunidade acadêmica que utiliza o espaço, garantindo ações de melhorias e manutenção patrimonial quando necessários.

7.6 Biblioteca

A Biblioteca da Faculdade é o órgão suplementar que dá suporte à realização das atividades acadêmico-pedagógicas, destinada a toda comunidade acadêmica e sociedade externa. Tem como meta principal a integração de acervos compostos por acervo físico e virtual.

Possui como missão promover e disponibilizar o acesso à informação com qualidade, apoiando e colaborando com as atividades de ensino, iniciação científica e extensão da Instituição.

Na sua infraestrutura, a Biblioteca está organizada de modo a atender aos objetivos da Instituição, funcionando diariamente, durante os períodos letivos e no decorrer das férias, no horário estabelecido em seu Regulamento. Possui espaços para estudos individuais e em grupos e wi-fi. O ambiente respeita os padrões arquitetônicos de dimensão, iluminação, acústica, ventilação e acessibilidade e são higienizados diariamente por equipe especializada.

Na sua Política de Acessibilidade, a Biblioteca assegura a remoção de barreiras nas comunicações; atendimento prioritário envolvendo tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas com deficiência da seguinte forma:

1. **Usuários com deficiência física:** adequação e adaptação do acesso às dependências do setor de atendimento, para cadeirante; 1 computador adaptado para cadeirante.
2. **Usuários com deficiência visual:** um computador com o programa (Dosvox) que permite que um texto seja transformado em arquivo audível e transferível para os endereços eletrônicos dos usuários, possibilitando-lhes fazer uso dos mesmos no momento de sua conveniência. O software possibilita que deficientes visuais utilizem um microcomputador comum (PC) para desempenhar uma série de tarefas, adquirindo assim independência nas atividades. É disponibilizado ainda um teclado em braile.

3. **Usuários com deficiência auditiva:** é disponibilizado um computador com o software VLibras destinado a deficientes auditivos. O VLibras traduz automaticamente conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) tornando computadores, dispositivos móveis e plataformas Web acessíveis para pessoas surdas.

7.6.1 Política de Expansão e Atualização do Acervo

A biblioteca possui o documento Política de Expansão e Atualização do Acervo. O referido documento visa estabelecer o planejamento na expansão do acervo, bem como na sua atualização, sendo um instrumento de apoio aos coordenadores de curso, NDE, pesquisadores, corpo docente tutorial e bibliotecário. Todas estas ações são realizadas através de recurso orçamentário, conforme previsão de investimentos, além de permuta e doações de materiais.

O acervo virtual da Biblioteca Pearson, acervo físico e periódicos, enciclopédias, dicionários e demais outras fontes de informações científicas são referendadas pelo NDE e pelo Coordenador do curso, juntamente com o Bibliotecário.

Para a garantia da qualidade do processo de atualização e renovação de materiais, a Faculdade considera os seguintes aspectos:

- Que as bibliografias básicas dos programas das disciplinas dos cursos sejam atualizadas periodicamente pelos docentes;
- Criação do sistema de coleta de sugestões de materiais oriundas de participações em cursos, seminários;
- Sugestões do corpo discente poderão ser encaminhadas através dos diretórios acadêmicos e/ou representante de turma. Essas sugestões serão analisadas pelo Coordenador do Curso;
- Para a expansão e/ou atualização do acervo será feito um planejamento no qual os recursos previstos destinam-se não apenas à qualificação dos serviços prestados e à aquisição de livros e e-books e assinatura de periódicos, mas, também à possibilidade da aquisição de outros materiais informacionais.

7.6.2 Periódicos Eletrônicos

A seleção dos Periódicos Científicos, de acesso aberto, disponibilizados na página da Biblioteca, disponível no site da Faculdade está pautada na integridade das pesquisas, respeitando as autorias dos pesquisadores e comprometendo-se com uma divulgação científica ética e transparente com a missão de promover e disseminar o conhecimento científico para toda a comunidade acadêmica e a sociedade em seu entorno. A política de escolha dos periódicos a serem indexados segue os critérios de avaliação do Qualis/CAPES com avaliações A e B.

O acesso aberto é uma reação às novas possibilidades oferecidas pela Internet em que a produção científica é disponibilizada livremente, permitindo a qualquer usuário ler, fazer download, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar, referenciar o texto integral dos artigos, indexá-los ou usá-los para qualquer outro fim legal, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas. A única restrição de reprodução ou distribuição, obedecendo o direito autoral, é garantir a integridade do trabalho dando o reconhecimento aos autores através das citações das fontes.

Nesse contexto, a instituição disponibiliza na página da Biblioteca diversas informações científicas desenvolvidas por pares e patrocinadas por agências de fomento e instituições de pesquisas como: periódicos científicos, Bases de Dados, Bibliotecas Virtuais, Repositórios de Teses e Dissertações quais são considerados fontes de informação científicas, contemplando todas as áreas do conhecimento da humanidade.

7.6.3 Bibliografia Básica por Unidade Curricular (UC)

A bibliografia básica é constituída com, no mínimo, 3 (três) títulos por Unidade Curricular, visando a ampliação do conhecimento proposto nas ementas. O acervo da bibliografia básica é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado, considerando a natureza das UC. Da mesma forma, está referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade dos títulos com os componentes curriculares do PPC, bem como o número de acessos com o número de vagas.

O acervo é gerenciado de modo a atualizar os acessos mais demandados, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço. Há garantia de acesso na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem. O acervo disponibiliza periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC.

7.6.4 Bibliografia Complementar por Unidade Curricular (UC)

A bibliografia complementar é constituída com, no mínimo, 3 (três) títulos por disciplina, visando a ampliação do conhecimento proposto nas ementas. As bibliografias foram indicadas pelos docentes e docentes/tutores de cada disciplina e posteriormente referendado pelo NDE do curso atestando a adequação em relação às unidades curriculares e comprovando a compatibilidade dos títulos com os componentes curriculares do PPC, bem como a quantidade com o número de vagas.

7.6.5 Repositório Institucional

O Repositório Institucional é o instrumento oficial para coleta, organização, disseminação e preservação de todo o conhecimento produzido pela Instituição. Através desse repositório, docentes, docentes/tutores, pesquisadores, alunos de graduação, pós-graduação e servidores técnico-administrativos dessas Instituições devem depositar seus resultados de pesquisas, de modo a:

- Proporcionar acesso aberto e público à produção científica e intelectual, propiciando o aumento de sua visibilidade, acessibilidade e difusão;
- Facilitar a gestão e o acesso à informação sobre a produção científica e intelectual produzidas pela instituição;
- Integrar-se a um conjunto de iniciativas nacionais e internacionais, por meio de padrões e protocolos de integração qualificados e normalizados.

7.7 Instalações Sanitárias

A Faculdade Iguaçu possui instalações sanitárias com acessibilidade garantida. Todos os banheiros atendem plenamente às questões de limpeza, iluminação, ventilação, conservação e segurança.

Para assegurar que as instalações sanitárias estejam sempre em conformidade e atendendo às necessidades institucionais em termos quantitativos e qualitativos a IES elaborou um Plano de Avaliação Periódica dos espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial. A CPA será responsável pelo Processo de Autoavaliação Institucional, que terá entre os critérios de avaliação os espaços relacionados às instalações físicas utilizadas pela comunidade acadêmica.

8. ESTRUTURA DOS POLOS EAD

Em conformidade com o artigo 12 da Portaria Nº 11, de 20 de junho de 2017, caso haja interesse da instituição mantenedora, a IES criará polos por ato próprio observado o Conceito Institucional obtido. Na vigência deste PDI os cursos serão ofertados somente na sede da IES, haja vista que não existe previsão de criação de polos EaD.

9. INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

A Faculdade possui em suas instalações tecnologias de informação e comunicação distribuídas em vários ambientes para o desenvolvimento das suas atividades laborais.

Disponibiliza Laboratório de Informática, devidamente equipado, com softwares que permitem o desenvolvimento de trabalhos didáticos e acadêmicos, ora acompanhados por docentes/tutores ou monitores, bem como para o desenvolvimento de trabalhos e pesquisas individuais dos alunos. Todos os equipamentos estão conectados à internet.

Para os alunos, além do Laboratório de Informática, existem os computadores da Biblioteca com o mesmo padrão de qualidade. Os equipamentos ficam disponíveis para os acessos dos alunos.

Além dos recursos de tecnologia para os alunos, a Faculdade possui espaços exclusivos para seus funcionários técnico-administrativos desenvolverem suas atividades, de acordo com suas funções. Em cada ambiente poderá ser verificado equipamentos conectados à internet e mobiliários adequados, atendendo assim, aos requisitos desejáveis.

A Faculdade possui ainda espaço exclusivo para os docentes e docentes/tutores de tempo integral, estes contratados com no mínimo 40 horas. Neste espaço os docentes e docentes/tutores contam com gabinetes individuais, devidamente equipados com computadores ligados à internet.

Para assegurar os recursos tecnológicos à comunidade acadêmica a IES conta com um plano de contingência que visa garantir o funcionamento da infraestrutura 24 horas por dia, 7 dias por semana. Neste plano estão descritas ações de prevenção e ações para sanar problemas que impactam na utilização do sistema.

A ferramenta tecnológica de gestão adotada pela IES permite aos gestores, docentes/tutores e toda comunidade acadêmica institucional, de forma unificada, controlar todas as atividades relacionadas à educação. São estes, os sistemas disponíveis:

» **Sistema de Gestão Acadêmica**: O sistema foi projetado, desenvolvido e é mantido por cientistas da computação e gestão de tecnologia da informação para educação. Esse conjunto de experiências aliada a mais moderna tecnologia de desenvolvimento web, faz com que a instituição seja atendida de maneira eficaz todos os setores: secretaria, tesouraria, financeiro, gestão de docentes/tutores, documentação, biblioteca, CRM, CPA, gestão de protocolos, integração com os principais fornecedores de conteúdo didáticos do país, etc.

» **Ambiente Virtual de Aprendizagem**: A plataforma de ensino a distância integrada ao sistema de gestão acadêmica, parte de duas premissas: simplicidade e eficiência. A plataforma permite que o aluno tenha acesso descomplicado aos objetos educacionais que a instituição

disponibiliza como videoaulas, exercícios, fóruns, estudos dirigidos, transmissões de aulas ao vivo, avaliações e materiais didáticos em textos. Nesse mesmo ambiente o aluno consegue também ter acesso a informações da secretaria, financeiro e suporte ao aluno, não demandando assim acessar outras plataformas para suprir estas necessidades.

O laboratório é avaliado e gerenciado pelo Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial, e segue diretrizes do manual de segurança e boas práticas de laboratório, Política de Segurança da Informação, Plano de Infraestrutura Tecnológica e Plano de Contingência. A CPA será responsável pelo Processo de Autoavaliação Institucional, que terá entre os critérios de avaliação os espaços relacionados às instalações do laboratório de informática.

10. INFRAESTRUTURA DE EXECUÇÃO E SUPORTE

A IES contará com um setor de infraestrutura e suporte com funcionários capacitados parra atendimento às demandas e as necessidades Institucionais. O setor visará sempre a disponibilidade dos serviços de forma profissional, ágil e constante para a instituição, sendo responsável pela manutenção de equipamentos, redes física e internet, instalação e atualização de softwares, suporte ao usuário e monitoramento de disponibilidade de serviços em tempo real, prontos para agir em casos de falhas físicas e lógicas.

A instituição possui uma sala de apoio coerente com às necessidades institucionais e aos requisitos de dimensão, acessibilidade digital, acessibilidade física, ergonomia, segurança, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação e comodidade necessária para o atendimento de seus usuários.

As solicitações de instalação de software serão realizadas, inicialmente, num ambiente de testes e verificadas as possíveis inconsistências com os demais recursos instalados. A IES contará com um plano de infraestrutura para desenvolvimento de projetos de expansão e atualização do ambiente visando a escalabilidade, mensuração e melhorias gerais, garantindo a eficiência no atendimento das expectativas institucionais. Nesse plano, será contemplado atualização de máquinas e equipamentos, aquisição de novos equipamentos, revisão de

cabeamento estruturado, definição de orçamento, plano de redundância, foco em redução de falhas e retrabalho, aumento da produtividade, fornecimento de insumos, etc.

O setor de manutenção e suporte ainda contará com equipamentos em status de reserva, que podem ser utilizados quando da necessidade de substituição emergencial de computadores, que podem ser customizados conforme o perfil do usuário e setor para onde serão destinados.

Normas e políticas internas e externas serão aplicadas para a manutenção e conservação de equipamentos, suporte ao usuário, instalação de infraestrutura, aquisição de equipamentos, dentre outros pontos relativos a execução dos serviços da equipe de infraestrutura e suporte.

As tecnologias a serem utilizadas para a EaD serão sempre analisadas e testadas tornando seguras e eficazes as atividades, em especial o Ambiente Virtual de Aprendizagem, o sistema de controle e registro acadêmico e os equipamentos para interação com os alunos.
Os hardwares do laboratório serão atualizados de acordo com a necessidade tendo em vista que os equipamentos de informática se tornam rapidamente obsoletos. A aquisição/expansão de novos hardwares e softwares estarão vinculados à quantidade de alunos matriculados na instituição e necessidades de cada curso, considerando a demanda apresentada face à abertura de novas turmas dos cursos existentes e daqueles a serem criados, bem como as atividades na instituição e sua sustentabilidade financeira.

Os recursos necessários para a expansão e atualização de equipamentos, serão supridos com recursos provenientes da receita distribuídos conforme critérios estabelecidos pela Mantenedora, após a solicitação da instituição e atendendo ao planejamento existente.

O laboratório é avaliado e gerenciado pelo Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial e segue diretrizes do manual de segurança e boas práticas de laboratório, Política de Segurança da Informação, Plano de Infraestrutura Tecnológica e Plano de Contingência.

A CPA será responsável pelo Processo de Autoavaliação Institucional, que terá entre os critérios de avaliação os espaços relacionados às instalações do laboratório de informática.

10.1 Plano de Expansão e Atualização de Equipamentos

A expansão de equipamentos para as atividades dos curso da modalidade presencial e a distância levará em consideração a necessidade de aquisição do produto e o fato de que o processamento eletrônico das informações, bem como os equipamentos atualizados e um Ambiente Virtual de Aprendizagem funcional é de vital importância para a realização dos trabalhos academicos, não podendo faltar equipamento atualizado para esse fim.

A expansão de equipamentos para as atividades acadêmicas será realizada a partir do pedido do coordenador de curso, mediante a aprovação do órgão colegiado máximo, que deve levar em consideração a necessidade de aquisição do produto.

As tecnologias a serem utilizadas serão sempre analisadas e testadas tornando seguras e eficazes as atividades, em especial o Ambiente Virtual de Aprendizagem, o sistema de controle e registro acadêmico e os equipamentos para interação com os alunos.
O hardwares do Laboratório, serão atualizados de acordo com a necessidade, tendo em vista que os equipamentos de informática se tornam rapidamente obsoletos. A aquisição/expansão de novos hardwares e softwares estarão vinculados à quantidade de alunos matriculados na instituição e necessidades de cada curso.

A ampliação e melhoria da rede de informação levarão em conta a demanda apresentada face à abertura de novas turmas dos cursos existentes e daqueles a serem criados, bem como as atividades na instituição e sua sustentabilidade financeira.

Os recursos necessários para a expansão e atualização de equipamentos, serão supridos com recursos provenientes da receita distribuídos conforme critérios estabelecidos pela Mantenedora, após a solicitação da Instituição e atendendo ao planejamento existente.

11. ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Os alunos da Faculdade Iguaçu têm acesso aos equipamentos de informática: micros, impressoras, softwares, internet, redes de bibliotecas, etc. Para tanto, já existem, as normas e regulamentos para a utilização dos equipamentos.

O Laboratório de Informática, além de propiciar ambiente para a aprendizagem das ferramentas computacionais propriamente ditas, funciona como sala de aula informatizada, na qual acadêmicos e docentes e docentes/tutores desenvolvem atividades relacionadas aos diversos conteúdos, apoiados por *softwares* de gerenciamento, recursos de multimídia e acesso pleno e ininterrupto à Internet. Além disso, cada curso, em seu Projeto Pedagógico, define os *softwares* específicos a serem utilizados no desenvolvimento das atividades acadêmicas do mesmo.

O Laboratório de Informática é um ambiente aberto a alunos, docentes, docentes/tutores e aos funcionários técnico-administrativos, podendo ser utilizados para as seguintes práticas, entre outras:

I. Realização de aulas e trabalhos acadêmicos;
II. Realização de trabalhos institucionais;
III. Promoção de cursos de informática (treinamentos);
IV. Ações de extensão social; e
V. Pesquisa na Internet.

Para a manutenção dos equipamentos do Laboratório são utilizados os termos de garantia, no período em que estiver em vigor, sendo feito, em seguida, manutenção constante por profissional qualificado. Os discentes da Faculdade também usufruirão dos computadores disponibilizados na biblioteca, os quais ofertam recursos de acessibilidade e inclusão.

12. SISTEMA DE CONTROLE DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO NOS CURSOS EAD

O processo de controle de produção ou distribuição de material didático está formalizado, atendendo à demanda e possuindo plano de contingência para a garantia de funcionamento. Todo o processo está previsto no plano de ação do EaD.

O material didático para a modalidade de ensino a distância deve ser focado na aprendizagem. O estudante utilizará este material como instrumento de estudo, e sendo assim os conteúdos foram elaborados para ter uma organização que facilite sua aprendizagem.

O processo de todo o controle de produção e distribuição do material didático é de responsabilidade da instituição, a partir dos conteúdos escolhidos e elaborados pelos docentes/tutores das disciplinas, com total supervisão do Núcleo Docente Estruturante – NDE e da Equipe Multidisciplinar. Todo material será disponibilizado virtualmente para o discente.

Cada disciplina possui um conjunto de materiais instrucionais que auxiliam no processo de construção do conhecimento e na interação entre os envolvidos. Esses materiais são planejados e escritos levando em consideração a bibliografia adequada às exigências de formação, aprofundamento e coerência teórica.

O sistema para acompanhamento e gerenciamento dos processos, acompanhado por uma equipe técnica multidisciplinar é o sistema acadêmico utilizado pela IES, que através de relatórios disponibiliza informações sobre os alunos que estão matriculados, além disso, o próprio AVA, em seu acesso administrativo fornece relatórios que identificam os alunos com acesso aos conteúdos, garantindo que 100% dos alunos tenham oportunidade de acessar o material antes do início das aulas.

Produção do material didático: a produção e elaboração dos materiais instrucionais são feitas por uma equipe de profissionais qualificada. Para isso, a Faculdade Iguaçu celebrou com Contrato de Licenciamento de Conteúdo, para produção deste material didático de acordo com os objetivos e perfil dos cursos. O material didático também será complementado pelo

docente/tutor do curso com recursos autorias como artigos, vídeos, slides, ou outros que se fizerem necessários. O material é analisado e revisado pela coordenação do curso, referendado pelo NDE e validado pela Equipe Multidisciplinar e pela gestão da Faculdade.

São materiais instrucionais:

a) **Livro Didático**: É a material base de cada disciplina, construído em linguagem dialógica. O uso dessa linguagem possibilita uma aproximação entre o conteúdo e o aluno. Esse material é desenvolvido pelo conteudista, que possui formação relacionada à disciplina, experiência comprovada no conteúdo e recebe capacitações para desenvolver o material.

b) **Videoaula**: Correspondem a vídeos explicativos produzidos pelo docente/tutor ou pela empresa conteudista.

c) **Impressão do Material Didático**: A plataforma possibilita a impressão de todo o material disponibilizado virtualmente, com configuração adequada, caso seja da necessidade particular do discente. E fica disponível durante todo o semestre letivo.

d) **Distribuição do material didático**: A distribuição do material didático será realizada de forma virtual. Todo o material da plataforma pode ser armazenado pelo aluno ou impresso.

e) **Manual do Acadêmico**: É o documento que o aluno recebe assim que ingressa na Faculdade. Nele constam todas as informações necessárias para que ele se familiarize com a modalidade a distância e com as políticas institucionais.

f) **Material complementar**: Material produzido ou fornecido pelo docente/tutor, podendo ser videoaula gravada, artigos, indicação de site, atividades avaliativas, etc.

12.1 Fluxo da produção do material didático

A produção do material didático segue o seguinte fluxograma:

- **1º** - O início da produção ocorre quando os docentes/tutores, com o referendo do NDE elaboram as ementas ou procede sua atualização.
- **2º** - O NDE apresenta as ementas das disciplinas a serem ofertadas no semestre para a Equipe Multidisciplinar, que verifica fornecedores disponíveis, seleciona o material,

verifica qualidade do material e atendimento da ementa, ou solicita confecção/correção, se aprovado solicita os links para disponibilização.

- **3º** - Na sequência o setor de TI disponibiliza os links para o docente/tutor, o qual verifica a qualidade e adequação, se aprovado o material é disponibilizado para os alunos. Caso o material seja não aprovado o mesmo é devolvido para o fornecedor, solicitando alterações.
- **4º** - Após todos os conteúdos serem aprovados, o setor de TI abre a plataforma AVA e faz a integração dos conteúdos escolhidos pelo docente/tutor.
- **5º** - O docente/tutor recebe seu acesso ao AVA já com os conteúdos e acrescenta material complementar, tais como: videoaula gravada, artigos, indicação de site, atividades avaliativas, etc.

13. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM - AVA

Especificamente para atender ao modelo pedagógico de Educação a Distância é utilizada uma plataforma de acesso e funcionamento integral via web, que garante ao aluno flexibilidade de acesso considerando-se a esfera temporal (qualquer dia e hora) e a esfera espacial/geográfica (de qualquer local), além de flexibilidade na organização dos estudos. Trata-se de um Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA que, originalmente, contém ferramentas para o ensino-aprendizagem, colaboração, avaliação e gestão.

A ferramenta foi preparada para integrar-se aos diversos sistemas de gestão da IES responsáveis pelos processos acadêmicos, inclusive pelo registro definitivo de notas. Reserva-se à plataforma de educação a distância a atribuição de operacionalizar os cursos e transferir os resultados (notas).

O AVA oportunizará aos discentes dos cursos na modalidade a distância acesso a Biblioteca virtual, conteúdos de suas disciplinas em formato de vídeo, textos e estudos de caso, chat, fórum, exercícios e gabaritos, entre outros.

Para a gestão do curso, o AVA prevê ferramentas de articulação entre docentes/tutores, coordenador e discentes. Tais interações para encaminhamento de questões do curso serão

constantemente analisadas e estão previstas avaliações periódicas para identificação de problemas ou incremento na interação entre os interlocutores.

A Plataforma segue protocolos que garantem a manutenção, segurança, recursos e ferramentas necessárias para o pleno funcionamento da EaD (24h por dia, 7x por semana), como:

I. **Manutenção da Plataforma**: A plataforma é mantida em sua estrutura original e hospedada em Data Center externo, para manter toda infraestrutura necessária à equipe de informática do setor de EaD compete o monitoramento, soluções de eventuais problemas e integração dos processos e dados junto aos sistemas acadêmicos.
II. **Acesso e segurança**: A plataforma permite acesso identificado por meio de login e senha pessoal. Os níveis de acesso e operação dentro do ambiente são determinados pelo setor de TI e Coordenação Pedagógica/EaD.
III. Recursos do ambiente: São definidos e organizados nas seguintes categorias: Conteúdo da disciplina, atividades de aprendizagem, biblioteca digital e ferramentas de comunicação síncrona e assíncrona.
IV. **Textos e Ferramentas de Orientação**: Objetivam o auxílio ao aluno na organização contínua dos estudos. Os textos de orientação são inseridos na área central do ambiente e organizados em páginas web de formato simples. Apresentam estruturas tais como: boas-vindas, orientações gerais, plano de ensino e planos de aulas.
V. **Calendário Acadêmico**: são ferramentas de orientação que apresenta os eventos do curso, início e o fim do semestre, prazos de entrega de atividades on-line, realização de chats e atividades presenciais.

O AVA utilizado pela faculdade é integrado com ao sistema acadêmico e atende aos processos de ensino, aprendizagem e as políticas institucionais para EaD, promovendo a interação entre docentes/tutores, discentes através de tecnologias de comunicação síncrona (videoconferência e chat) e assíncrona (fórum, recados e e-mails).

As inovações do AVA da faculdade se dão por meio de metodologias de ensino-aprendizagem que abrangem a disponibilização de materiais didáticos e atividades avaliativas (formativas e somativas) que favorecem o engajamento do aluno para potencializar a sua autonomia para aprender, enquanto participa ativamente da construção de conhecimentos e do desenvolvimento de habilidades significativas para a sua formação educacional e profissional.

14. ACESSIBILIDADE

A Faculdade dentro das suas políticas de inclusão social e direitos humanos, implementará um plano de acessibilidade e de atendimento prioritário, a saber:

14.1 Apoio às Pessoas com Deficiência Física ou Locomoção Reduzida

São ações de apoio às pessoas com deficiência física ou locomoção reduzida:

I. Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do acadêmico nos espaços de uso coletivo;
II. Construção de rampas com corrimão e guarda-corpo em locais com barreiras arquitetônicas;
III. Alargamento de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas e barras de apoio;
IV. Bebedouros em altura acessível aos cadeirantes;
V. Ambientes acadêmicos com áreas de circulação que permite a tráfego de cadeiras de rodas.

14.2 Dispositivos, Sistemas e Meios de Comunicação para o Auxílio de Deficientes Visuais

Para que os discentes tenham acesso às novas Tecnologias de Informação e Comunicação será garantida à equipe pedagógica capacitações frequentes. A disponibilização pela faculdade de recursos multifuncionais se constitui como promoção da acessibilidade pedagógica, bem como o uso e ensino de códigos, linguagens, tecnologias e outros aspectos complementares à escolarização, visando eliminar barreiras pedagógicas, físicas e de comunicação.

Os discentes podem ser atendidos individualmente ou em pequenos grupos, sendo que o número de acadêmicos por docente/tutor no atendimento educacional especializado deve ser definido, levando-se em conta, fundamentalmente, o tipo de necessidade educacional que os acadêmicos apresentam.

São dispositivos, sistemas e meios de comunicação para auxílio aos deficientes visuais, disponibilizados pela instituição:

I. Piso tátil direcional e de alerta nas áreas de acesso aos ambientes acadêmicos, como: laboratório, salas de aula, auditório, biblioteca, banheiros e áreas de convivência;
II. Sistema DOSVOX disponibilizado em computadores;
III. Lupas e réguas de escrita;
IV. Software de ampliação de tela do computador;
V. Sistema de síntese de voz;
VI. Identificação dos espaços de grande circulação em braille.

A IES se compromete, formalmente, a desenvolver um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille para portadores de deficiência visual.

14.3 Apoio a Educação de Pessoas com Transtorno do Espectro Autista

Para auxiliar as pessoas com desordens do espectro autista ou neurobiológicas caracterizadas por anormalidades generalizadas de interação social e de comunicação, e por gama de interesses muito restrita e comportamento altamente repetitivo a faculdade oferece atendimento e acompanhamento por psicólogo e pedagogos através do Núcleo de Atendimento Psicopedagógico.

14.4 Apoio a Educação de Alunos com Deficiência Auditiva ou Surdos

A IES disponibilizará apoio a educação de acadêmicos surdos ou com deficiência auditiva:

I. Profissional tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, com as seguintes atribuições:

a) Capacitar os profissionais que atuam na biblioteca;
b) Capacitar docentes e docentes/tutores, em relação ao conhecimento acerca da singularidade linguística da pessoa surda, manifesta em sua produção escrita, e de como deve considerá-la em situações de avaliação, de forma gradativa;
c) Incentivar a comunicação entre comunidade acadêmica e pessoas surdas ou com deficiência auditiva;
d) Auxiliar os colegiados de curso na implantação das políticas de atendimento aos PNEs, especialmente surdos ou deficientes auditivos;
e) Auxiliar na divulgação da LIBRAS para a comunidade acadêmica.

II. Oferecer como obrigatória, a disciplina LIBRAS no currículo dos cursos de Licenciatura e como conteúdo optativo nos cursos de Bacharelado ou Tecnologia.
III. Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando-se o conteúdo semântico;
IV. Incentivo ao aprofundamento da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita;
V. Garantia da presença de Profissional Intérprete da LIBRAS em todas as reuniões de que participem surdos;

14.5 Atendimento Prioritário e Tratamento Especial

Fica garantido atendimento prioritário, conforme dispositivos legais, às gestantes e idosos. Essa prática inclui:

I. Divulgação, em lugar visível, do direito ao atendimento prioritário.
II. Disponibilidade de assentos de uso preferencial sinalizados.
III. Preferência no atendimento.

Existem casos excepcionais em que o aluno incapacitado de frequentar os trabalhos escolares, nos termos da Lei, para resguardar o seu direito à Educação, terá assegurado um regime de exercícios domiciliares. Esse tratamento especial consiste na atribuição, ao acadêmico, de exercícios domiciliares, com indicação e acompanhamento do docente, para compensar sua ausência às aulas.

ANEXO I

CURSOS OFERTADOS PELA FACULDADE IGUAÇU

CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERTADOS PELA FACULDADE IGUAÇU								CONDIÇÕES LEGAIS				
CURSO	BACH	LIC	TEC	MODALIDADE		VAGAS ANUAIS	REGIME MATRÍCULA	PORTARIA AUTORIZAÇÃO	PORTARIA RECONHECIMENTO	PORTARIA RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO	ENADE	CONCEITO CURSO
				PRESENCIAL	EAD							
Administração	X			X		100	Semestral	Portaria n° 2763, de 06/09/2004, DOU n° 174, Seção 1, pág. 14, de 09/09/2004.	Portaria n° 1350, de 10/09/2009, DOU n° 176, Seção 1, pág. 96, de 15/09/2009.	Portaria n° 704, de 18/12/2013, DOU de 18/12/2013. e Portaria n° 329, de 07/04/2021, DOU n° 66, Seção 1, pág. 111, de 09/04/2021.	2	4
Sistemas de Informação				X		100	Semestral	Portaria n° 2764, de 06/09/2004, DOU n° 174, Seção 1, pág. 14, de 09/09/2004.	Portaria nº 1.185 04/08/2009 DOU Seção 1, pág. 18, de 05/08/2009.	Portaira nº 412 de 23/07/2014, DOU de 24/07/2014 e Portaria nº 99 de 02/02/2021, DOU de 05/02/2021	2	3
Pedagogia		X			X	250	Semestral	Portaria nº 501 de 29/10/2019	Portaria nº 329 de 07/04/2025	-	-	4
Administração	X				X	250	Semestral	Portaria nº 501 de 29/10/2019	Portaria nº 269 de 29/04/2025	-	2	4
Processos Gerenciais			X		X	250	Semestral	Portaria nº 501 de 29/10/2019	-	-	-	3